



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELIZÂNGELA SAMARA DA SILVA

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO:
TENDÊNCIAS ATUAIS NO DEBATE DA PROFISSÃO**

**Campina Grande-PB
2016**

ELIZÂNGELA SAMARA DA SILVA

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO:
TENDÊNCIAS ATUAIS NO DEBATE DA PROFISSÃO**

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Campina Grande
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586d Silva, Elizângela Samara da
A dimensão técnico-operativa do serviço social em questão
[manuscrito] : tendências atuais no debate da profissão /
Elizângela Samara da Silva. - 2016.
110 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Moema Amélia Serpa Lopes de
Souza, Departamento de Serviço Social".

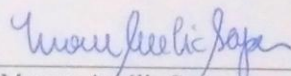
1. Serviço social. 2. Dimensão técnico-operativa. 3.
Pesquisa em Serviço social. 4. Assistente social. I. Título.
21. ed. CDD 361.3

ELIZÂNGELA SAMARA DA SILVA

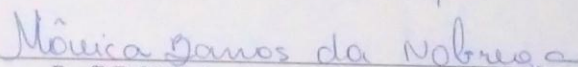
A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL EM
QUESTÃO: TENDÊNCIAS ATUAIS NO DEBATE DA PROFISSÃO

Dissertação apresentada à Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba como requisito para a obtenção
do grau de Mestre em Serviço Social.

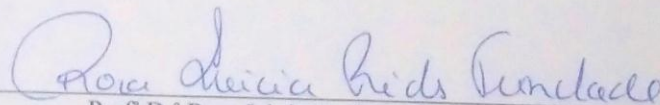
Aprovada em: 19, 09, 16



Prof^o Dr^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza – UEPB
Orientadora



Prof^o Dr^a Mônica Barros da Nóbrega – UEPB
UEPB Membro Titular Interno



Prof^o Dr^a Rosa Lúcia Predes Trindade – UFAL
Membro Titular Externo

Campina Grande
2016

Dedico a Deus que tem me sustentado ao longo de toda a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

No movimento dialético da minha existência, para chegar onde hoje estou, muita coisa aconteceu. Muitos momentos inesquecíveis e felizes foram plenamente vividos, muitos dias ruins foram enfrentados e a cada dia sempre guarda um novo desafio foi superado.

Foram três processos seletivos, em dois programas de pós-graduação, perseguindo a realização de um sonho. Perseguindo até que acontecesse a tão esperada aprovação. A batalha começou a ser travada a partir daí. Insistir, persistir e não desistir daquilo que tanto se deseja.

Sempre ouvia comentários a respeito do quanto à vida de um pós-graduando pode ser solitária, sobre como esse pode ser um processo árduo e, hoje eu posso dizer: eles não mentiram e, tampouco, exageraram.

É por esse motivo que, como em todos os momentos da minha vida e em tudo o que eu faço, agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a graça de me sustentar em todos os momentos em que, em função das circunstâncias, eu tendi a cair. Agradeço a Ele também, pelos incontáveis momentos de alegria e pelos muitos sorrisos, pois, nesse processo, eu também me diverti bastante.

Minha gratidão mais que especial a Mainha (Rosângela), uma mulher forte e guerreira, que é e sempre será um exemplo de integridade a ser seguido. Agradeço, também, ao meu Pai (Manuel) como um dos principais responsáveis por me proporcionar a possibilidade de poder estudar, avançando na minha formação acadêmico-profissional.

À minha família agradeço pelo apoio de sempre e a torcida constante pelo meu crescimento. Dentre todos, quero destacar Renally, Tarsilla e Thayse, minhas Primas/Amigas/Irmãs, que participam de todos os momentos da minha vida e me auxiliam nas horas em que eu mais preciso.

Meu agradecimento especial as minhas queridas Viviane e Alliny, amigas no sentido real desta palavra. Vocês são uma benção que Deus colocou na minha vida. Dispostas a aguentar as minhas chatices, meus momentos de desespero, desta e de outras caminhadas...

Amigas com as quais eu dividi os mais incontroláveis sorrisos, as mais cômicas situações, além de ser, também, um dos refúgios pra desaparecer naqueles dias em que o “juízo chega a arder”.

Quero agradecer, ainda, as queridas amigas Lourayne, Taciana e Albanira. Com vocês já dividi muitas das minhas angustias, muitas alegrias e sei que vocês me têm sempre em suas orações, colocando a minha vida diante de Deus.

O meu mais profundo agradecimento se destina a minha mais que querida “desorientadora”, brincadeira! Aquela que é dona dos melhores comentários nas correções da dissertação. Moema, com quais palavras eu poderia agradecer todo o cuidado, todo o empenho, toda a dedicação, todos aqueles dias em que você abdicou do seu descanso para me estimular e impulsionar a superar os meus limites. Serei sempre grata pelo que você fez por mim e estou muito feliz pela parceria que construímos ao longo dessa jornada. Como você sempre diz: todos sobrevivem! Mas, se eu sobrevivi, foi porque eu tive o seu apoio.

Agradeço aos companheiros de turma e de caminhada Christiano, Maria Tereza, Josilene, Ednaldo e Marina. E aquele agradecimento bem especial a José, Juliana, Fernanda, Jakeline e Viviane pelos belos momentos que vivemos, pelas as lamurias que compartilhamos e pela amizade que construímos! Quero que me acompanhe pelo resto dos meus dias.

Agradeço, ainda, a todos os docentes, funcionários e discentes que compõe a Coordenação do Departamento de Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. De modo especial, agradeço a Socorro Pontes, Sandra Amélia, Jordeana Davi, Sheyla Suely, Kathleen Vasconcelos e Thereza Karla, queridas docentes das quais me aproximei e nas quais me inspiro para seguir na caminhada.

Meus agradecimentos mais que sinceros a Banca Examinadora, formada por Mônica Barros (essa fulô querida) e Rosa Prêdes Trindade, pela disponibilidade e empenho em me indicar os caminhos necessários ao aprimoramento deste trabalho.

E, por fim, agradeço a todos que de alguma forma torcem pelo meu crescimento.

A todos, reafirmo os meus sinceros agradecimentos!!!!

Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Cora Carolina

RESUMO

O presente estudo teve como objeto central a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. A sistematização dos dados ora apresentadas é fruto do processo de investigação que objetivou analisar como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa. Enquanto metodologia utilizada, optamos pela pesquisa bibliográfica, através da qual realizamos o levantamento junto aos anais digitais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) selecionando os artigos publicados que apresentavam como discussão central a abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, no período de 2004 a 2014. A síntese da análise dos dados revelou a continuidade de tendências já apontadas em análises realizadas com relação a esta temática. Identificamos que a discussão acerca da dimensão técnico-operativa da profissão mantém-se secundarizada no âmbito do debate do Serviço Social, apresentando um número reduzido de artigos encontrados que abordam o tema nos Anais do CBAS e do ENPESS. A análise dos dados também revelou que a apropriação da dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem se dado travejada pela reprodução de equívocos e lacunas já contestados pela literatura profissional orientada pela vertente histórico-crítica. Portanto, a manutenção das tendências identificadas através deste estudo apresenta-se de maneira desafiadora para o Serviço Social brasileiro, visto que elas têm implicações tanto para o âmbito da formação quanto da prática profissional dos assistentes sociais, perpassando questões inerentes, também, a direção social estratégica da profissão, orientada pelos princípios presentes no projeto ético-político da profissão.

Palavras-Chave: Serviço Social. Dimensão técnico-operativa. Instrumentalidade. Instrumentos e técnicas.

ABSTRACT

The main objective of this study was the technical-operative dimension of Social Work. The systematization of the data presented here are result of the investigation process that aimed to analyze how the Social Work debate is configured on its technical-operative dimension. While methodology, we opted for bibliographic research, through which we carried out the survey next to the digital annals of the Brazilian Congress of Social Work (CBAS) and the National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS) selecting the articles published that presented as central discussion the approach of the technical-operative dimension of the Social Work, from 2004 to 2014. The synthesis of the data analysis revealed the continuity of trends already pointed in accomplished analyzes in relation to this subject. We identified that the discussion about the technical-operative dimension of the profession remains secondarily within the scope of the Social Work debate, presenting a reduced number of articles found that approach the theme in the Annals of CBAS and ENPESS. The analysis of the data also revealed that the appropriation of the technical-operative dimension of Social Service Work has been traced by the reproduction of misunderstandings and gaps already contested by the professional literature oriented by the historical-critical strand. Therefore, the maintenance of the trends identified through this study presents itself in a challenging way for the Brazilian Social Service Work, since they have implications for both the scope of training as to the professional practice of social workers, passing by inherent issues, also, the strategic social direction of the profession, guided by the principles present in the ethical-political project of the profession.

Keywords: Social Work. Technical-operative dimension. Instrumentality. Instruments and techniques.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO II – SOCIABILIDADE CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: INDICATIVOS À COMPREENSÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DA PROFISSÃO.....	20
2.1 O trabalho profissional em Serviço Social na atualidade: elementos para discussão.....	20
2.2 A instrumentalidade do Serviço Social frente às requisições da sociabilidade capitalista.....	32
CAPÍTULO III – A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIZAÇÃO E APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	38
3.1 O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a abordagem da dimensão técnico-operativa.....	38
3.2 A relação teoria e prática no Serviço Social: uma tensão recorrente no âmbito do debate da dimensão técnico-operativa.....	54
3.3 O debate contemporâneo sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social: principais produções registradas após a renovação da profissão.....	61
CAPÍTULO IV - DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DO DEBATE NOS PRINCIPAIS EVENTOS REALIZADOS PELO CONJUNTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL.....	69
4.1 O percurso metodológico: uma aproximação necessária.....	70
4.2 O debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social nos eventos da profissão.....	75
4.2.1 O protagonismo do CBAS e do ENPESS para a história do Serviço Social.....	75
4.2.2 O debate da dimensão técnico-operativa nos Anais do CBAS e ENPESS: desvelando suas configurações.....	78
4.2.3 O debate da dimensão técnico-operativa: uma síntese das principais tendências.....	89
V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95

REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES.....	106
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE PESQUISA	107
APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS	108

I INTRODUÇÃO

A problematização da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, enquanto objeto situado no âmbito dos Fundamentos sócio-históricos dessa profissão reivindica, indubitavelmente, a apropriação dos determinantes constitutivos do cenário conjuntural, tendo em vista que as transformações societárias desenvolvidas no movimento da sociabilidade capitalista implicam em alterações, também, no centro do debate profissional.

O atual estágio do desenvolvimento capitalista encontra-se marcado por um cenário de crise estrutural do capital, o que tem provocado alterações significativas no âmbito das relações sociais, sobretudo no âmbito do Estado, do trabalho, da política, da cultura e da economia, corroborando para o aprofundamento da “questão social” e a complexificação de suas expressões concretas, bem como na reconfiguração do atendimento a estas, com reverberações para as formas de inserção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais e na construção das respostas profissionais no seu cotidiano de trabalho.

Guerra (2014a, p. 49) destaca que as mudanças operadas quanto à construção de respostas as expressões imediatas da “questão social”, através do atual modelo restritivo de política social, impõe ao Serviço Social uma realidade em que cria-se entre os profissionais “a constante recorrência e reivindicação por metodologias e procedimentos previamente determinados”. Tal fato explicita que a concepção atual acerca da dimensão técnico-operativa da profissão tem sido permeada por diferentes concepções, além de lacunas e equívocos mesmo por parte daqueles que asseveram estar fundamentados na perspectiva histórico-crítica da profissão, donde são repostas questões que foram objeto de contestação ao longo da sua construção histórica.

Importa salientar que a abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social vem sendo tratada tangencialmente no âmbito da produção do conhecimento, sobretudo, em virtude das inúmeras polêmicas que envolvem a apropriação dos instrumentos e técnicas no âmbito da profissão¹.

¹ Pesquisas realizadas por Guerra (2013b) e Santos e Noronha (2013) destacam a negligência com a qual tem sido tratada a discussão e a produção do conhecimento no âmbito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social brasileiro.

A compreensão de que a profissão é constituída por um conjunto de dimensões – teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa – requer pensar esse tema de forma articulada, o que exige reconhecer os elementos constitutivos dessas dimensões tanto no âmbito da formação profissional, quanto do exercício cotidiano dos Assistentes Sociais.

No atual debate profissional, orientado hegemonicamente pelo projeto ético-político, destaca-se uma relação indissociável entre àquelas dimensões, não excluindo, no entanto, as características particulares de cada uma delas (SANTOS; NORONHA, 2013). Tais dimensões constituem a unidade que dá sentido a “forma de ser” do Serviço Social.

Dessa maneira, a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a partir da abordagem histórico-crítica, não está reduzida à questão dos instrumentos e das técnicas, visto que ela é constituída, também, a partir dos aspectos que compõe o trabalho profissional dos assistentes sociais e da instrumentalidade profissional como elementos indissociáveis.

A síntese do exercício profissional é reconhecida através da dimensão técnico-operativa, ela é a forma de aparecer do Serviço Social, haja vista a sua característica de se constituir enquanto uma profissão predominantemente interventiva, tendo nos instrumentos e nas técnicas os elementos potencializadores de sua ação profissional (GUERRA, 2013b).

Neste sentido, é somente através da dimensão técnico-operativa, em seu movimento com as demais dimensões da profissão, que é possível materializar a passagem das intencionalidades da ação profissional, as quais se encontram no âmbito ideal, em ações concretas na realidade – destaca-se aí a intrínseca relação entre a teoria e a prática (SANTOS; NORONHA, 2013).

A respeito das discussões relacionadas à dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito da produção do conhecimento, podemos destacar três aspectos relevantes, que podem ser flagrados na realidade atual da profissão², sendo eles: a inserção do debate da instrumentalidade no rol dos temas “mal ditos” da profissão; a questão da abordagem teórica fragmentada desta dimensão no âmbito da formação profissional; e, por último, a ainda

² Os três aspectos apresentados encontram-se presentes, respectivamente, nos estudos de Guerra (2014b), Santos (2006) e Santos e Noronha (2013).

restrita sistematização no âmbito da produção científica do Serviço Social relacionada a essa dimensão da profissão por parte do conjunto da categoria profissional dos Assistentes Sociais.

No primeiro aspecto, relativo à instrumentalidade do Serviço Social no rol de temas “mal ditos” no debate profissional, Guerra (2014b) apresenta duas questões importantes: o abandono das pesquisas sobre esta temática, porquanto ela não tem se apresentado como objeto central dos estudos realizados pela categoria profissional, além do que há pouco investimento na produção do conhecimento sobre o referido tema; bem como o trato discriminado dispensado ao tema, em função da imediata (e equivocada) referência ao ranço conservador da profissão, ranço este herdado das limitações de compreensão acerca dos instrumentos e técnicas características do Serviço Social tradicional.

Diante disso, tem-se como resultado que quanto menos a profissão tentar superar suas lacunas e equívocos históricos relacionados à dimensão técnico-operativa da profissão, mais ela se vulnerabiliza, tendendo ir de encontro (conscientemente ou não) aos princípios presentes no projeto ético-político da profissão.

O segundo aspecto envolve a abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social no âmbito da formação profissional dos Assistentes Sociais. Conforme o projeto de formação profissional do Serviço Social, expresso nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996, a competência profissional nega a centralidade do caráter exclusivamente técnico da formação e da intervenção profissional, construída a partir da unidade entre as já mencionadas dimensões da profissão.

Não obstante, estamos presenciando uma complexificação dos aspectos elencados acima, em virtude de um massivo investimento, no âmbito da formação acadêmica de cunho privatista (donde se inserem os cursos de graduação privados e/ou na modalidade de ensino à distância), que tendem a ser orientados, predominantemente, pelo desenvolvimento de uma formação acadêmico-profissional de cariz tecnicista, não estando, portanto, em conformidade com os parâmetros propostos pelo projeto de formação profissional indicado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS).

Por último, temos o terceiro aspecto, que se revela como desdobramento dos primeiros, que reside no fato de que existe, na produção científica do Serviço Social, uma

significativa lacuna quanto aos estudos sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, tanto no âmbito da prática quanto da formação profissional. Tal lacuna já aparece confirmada pelos estudos de Guerra (2013b; 2014b), Sarmento (1994), Trindade (1999) e é ratificada por Santos e Noronha (2013). Recente estudo desenvolvido por Santos e Noronha (2013, p. 48) demonstrou:

Dentro do limite cronológico definido para a pesquisa bibliográfica (1990-2008), encontramos pouca produção do Serviço Social brasileiro que oferece destaque ao tema dos instrumentos, apesar de sempre haver algum tipo de referência ao mesmo [...].

Assim, a pesquisa das referidas autoras revelou que as elaborações relacionadas à dimensão técnico-operativa, apesar de terem avançado, ainda permanecem aquém das necessidades expressas pela categoria profissional.

Neste mesmo sentido, Guerra (2013b, p. 48) afirma que a produção acadêmica que toma como objeto central a dimensão técnico-operativa foi secundarizada, o que “se explica (mas não se justifica) pelo receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional”, por identificar, por exemplo, que os avanços que foram registrados na produção do conhecimento com relação a essa dimensão da profissão, não conseguiram alcançar, de igual modo, o âmbito da formação e da intervenção profissional.

Os aspectos acima mencionados configuram o elenco de preocupações que nos instigaram a tomar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social enquanto objeto a ser investigado. Estas foram as inquietações que propiciaram o nossos primeiros esforços de aproximação com a temática da dimensão técnico-operativa, ainda no momento da construção do projeto de pesquisa que culminou no presente estudo.

A relevância deste estudo reside no fato de que poucas pesquisas vêm sendo desenvolvidas em relação à profissão no sentido de identificar como múltiplas determinações da atual conjuntura têm incidido sobre ela (IAMAMOTO, 2010; YAZBEK, 2013). Tal fato revela a necessidade de aprofundamento quanto ao debate da profissão em relação aos seus aspectos teórico-práticos inseridos na realidade atual, no sentido de superar as lacunas existentes na produção do conhecimento que dê suporte tanto a formação quanto a prática profissional. Além do que, a pesquisa de Santos e Noronha (2013) demonstrou que, em se

tratando das análises desenvolvidas sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, o debate torna-se ainda mais restrito.

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social sempre nos foi instigante, desde o momento da Graduação em Serviço Social, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ao longo das disciplinas e do Estágio Supervisionado. Contudo, apenas através da inserção ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, também na UEPB, é que se tornou possível perseguir um objeto de estudo relacionado a esta dimensão da profissão.

As disciplinas cursadas ao longo do mestrado foram fundamentais para aguçar inquietações relacionadas ao tema, sobretudo nas acaloradas discussões sobre os Fundamentos Sócio-Históricos do Serviço Social, que foi imprescindível para propiciar o processo de sucessivas aproximações, gerando o nível de aprofundamento necessário à apropriação do objeto de estudo.

Nesse sentido, nosso questionamento central acerca da dimensão técnico-operativa contemplou à necessidade de responder à seguinte questão: como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa? Partimos do pressuposto de que o debate relacionando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social permanece secundarizado por parte da categoria profissional, corroborando para a continuidade dos equívocos registrados quanto a sua apropriação por parte dos profissionais.

Para apreender as intenções do estudo selecionamos a produção bibliográfica publicada nos Anais dos eventos de maior expressividade para o Serviço Social brasileiro, a saber, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Cumpramos destacar que estes eventos apresentam-se historicamente enquanto um importante canal de promoção das discussões que permeiam o movimento do Serviço Social na sociedade brasileira, além de ser um espaço privilegiado para a socialização tanto das produções que vem sendo aprofundadas pelos profissionais e pesquisadores da área, quanto das inquietações que permeiam a apropriação da conjuntura, bem como as formas de pensar e fazer da profissão nos seus espaços de intervenção por parte do conjunto da categoria.

A partir desses elementos, as intenções que nortearam o estudo que culminou na síntese aqui exposta, orientaram-se pelo objetivo geral de analisar o debate do Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa da profissão. Enquanto percurso para atendê-lo, tivemos como objetivos específicos: mapear a produção sobre a dimensão técnico-operativa nos eventos científicos nacionais mais expressivos da área (CBAS e ENPESS); evidenciar as tendências de abordagem desta dimensão nesta produção do Serviço Social; e identificar, nos artigos selecionados, a incorporação da perspectiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no que se refere à dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

A orientação teórico-metodológica que direcionou a apreensão do objeto em questão foi o Método Crítico Dialético, visto que trata-se do método científico que consideramos capaz de reconstruir por intermédio da razão os elementos constitutivos do objeto, processo este que revela as determinações que compõe movimento deste objeto em sua historicidade (MARX, 2008; 2009). Assim, as aproximações sucessivas propiciaram o aprofundamento em relação à temática, demonstrando a possibilidade de situá-lo em seu movimento real no âmbito da profissão, a saber, como tem se configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa.

O desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica subsidiou o levantamento e a tratamento dos dados, uma vez que se trata de uma temática pouco estudada no âmbito do Serviço Social e que esse tipo de pesquisa traz a possibilidade de que o conteúdo das publicações relacionadas ao tema da dimensão técnico-operativa da profissão seja analisado pelo pesquisador (LIMA; MIOTO, 2007; SÁ-SILVA, et al., 2009).

A produção bibliográfica resultante de eventos consolidados e organizados pelas entidades representativas da categoria têm assumido a postura de buscar fortalecer o projeto ético-político da profissão, possibilitando espaços de discussão e socialização dos temas pertinentes ao Serviço Social e de sua inserção nessa sociedade.

Definimos como espaço temporal para a seleção dos artigos publicados nos eventos CBAS e ENPESS realizados nos últimos 10 (dez) anos, que compreende o período de 2004 a 2014. A opção por esse período levou em consideração o processo de amadurecimento vivenciado pela profissão, sobretudo, em relação aos pressupostos básicos para a formação

em Serviço Social, propiciado pela implementação e revisão das Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS.

Privilegiamos os artigos que se encontravam no Eixo Temático “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, haja vista ser o eixo presente em ambos os eventos, que incorpora as discussões referentes aos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social, eixo este no qual se encontra a maioria dos artigos relativos ao tema da dimensão técnico-operativa da profissão.

Após o processo de seleção e mapeamento dos artigos, contabilizamos para análise final 19 (dezenove) artigos, sendo 8 (oito) artigos do CBAS e 11 (onze) artigos do ENPESS. A análise das publicações socializadas em tais eventos demonstrou a configuração do debate relacionado à dimensão técnico-operativa por parte do conjunto da categoria profissional na última década. Cabe destacar que o percurso metodológico encontra-se descrito no capítulo que apresenta a análise dos dados nesta dissertação.

Pretendemos, portanto, lançar nossa contribuição para o adensamento das pesquisas relacionadas à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, ampliando a produção relativa ao tema, buscando ainda, socializar os resultados alcançados. Além disso, instigar a produção de novos estudos no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social e, ainda, buscar problematizar algumas inquietações relativas à lacuna no debate desse tema.

A exposição de nosso estudo segue o seguinte formato: após a introdução do trabalho apresentamos o segundo capítulo, intitulado **Sociabilidade capitalista e Serviço Social na contemporaneidade: indicativos à compreensão da dimensão técnico-operativa da profissão**, no qual situaremos a discussão relacionada à dimensão técnico-operativa enquanto um elemento que compõe o debate do trabalho profissional em Serviço Social na contemporaneidade. Este capítulo discorrerá, ainda, acerca da abordagem da instrumentalidade do Serviço Social enquanto caminho para uma abordagem histórico-crítica do debate da dimensão técnico-operativa do Serviço Social brasileiro.

No terceiro capítulo, que tem por título **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: historicização e apontamentos teórico-conceituais** buscaremos demonstrar os principais aspectos relacionados ao processo de renovação da profissão no Brasil com

destaque para os aspectos pertinentes a sua dimensão técnico-operativa. Destacaremos, ainda, a relevância da apropriação da relação teoria e prática para a constituição do atual debate relacionado à dimensão técnico-operativa do Serviço Social na atualidade.

O quarto capítulo, apresenta como título **Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: tendências do debate nos principais eventos realizados pelo conjunto da categoria profissional** e aborda os resultados da pesquisa orientados pelo percurso metodológico do processo investigativo, fazendo a exposição das análises dos artigos selecionados, além de uma síntese das tendências gerais quanto à configuração do debate atual sobre a dimensão técnico-operativa da profissão. E, por último, as nossas considerações finais trazendo uma abordagem que retome questões relevantes para as nossas aproximações conclusivas acerca das principais tendências identificadas com relação ao tema pesquisado.

CAPÍTULO II – SOCIABILIDADE CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: INDICATIVOS À COMPREENSÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DA PROFISSÃO

As reflexões apresentadas neste capítulo objetivam explicitar de que maneira a configuração própria da sociabilidade capitalista atual incide sobre o fazer profissional do Serviço Social e, conseqüentemente, sobre a apreensão de sua dimensão técnico-operativa.

Para tanto, situamos a discussão dos aspectos relacionados ao trabalho profissional em Serviço Social na atualidade, aspectos estes que estão vinculados às configurações próprias da sociabilidade capitalista contemporânea, que requisita um perfil determinado de profissão/profissionais que tensiona o projeto profissional hegemonicamente expresso no âmbito da categoria do Serviço Social.

Apresentamos, por último, uma reflexão acerca da instrumentalidade do Serviço Social, identificando-a como um elemento fundamental para apreender o real significado da dimensão técnico-operativa da profissão no movimento da prática profissional cotidiana, inserida nas condições postas na/pela realidade social.

2.1 O trabalho profissional em Serviço Social na atualidade: elementos para discussão

O atual estágio de desenvolvimento da sociabilidade capitalista impõe ao Serviço Social novos desafios, além de repor desafios que outrora se configuraram enquanto objeto de lutas e que já apresentavam alguns ganhos históricos no âmbito da profissão, dentre os quais podemos destacar a intensiva investida da reatualização da influência conservadora nos aspectos teórico-práticos relativos à profissão, que tem afetado tanto a formação quanto a prática profissional dos Assistentes Sociais.

Nos últimos anos, o cenário sócio-político de crise capitalista tem incidido em involuções, sobretudo, no campo das políticas sociais, espaço privilegiado de intervenção

profissional de Assistentes Sociais, bem como no âmbito da formação profissional em Serviço Social, como um resultado mediato dessas involuções.

O capital mundializado entra em crise na década de 1970, alcançando proporções inéditas na história deste sistema, tanto em relação a sua extensão territorial quanto em sua densidade. É nesse cenário que se explicita de modo mais complexo as contradições resultantes das relações sociais produzidas na vigência deste modo de produção em sua fase madura. Netto (1996) destaca que esta crise gerou alterações significativas na sua estrutura socioeconômica e política desta sociabilidade, inaugurando um novo momento histórico para o capitalismo dos monopólios.

Ainda segundo o autor, a reestruturação produtiva marca o exaurimento de um padrão “rígido” do regime de acumulação do capital. Para o mundo do trabalho, a flexibilização engendra formas de trabalho cada vez mais precárias, suscitando em uma tendência sempre crescente de agudização da “questão social”. No âmbito do Estado, a ofensiva neoliberal se apresenta enquanto alternativa ao modelo protecionista que vigorava nos países de capitalismo cêntrico.

No Brasil, as reverberações deste processo alcançam a nossa realidade, especialmente, a partir da década de 1990, resguardando-se as particularidades inerentes a nossa formação sócio-histórica. O processo de redemocratização da sociedade brasileira ocorrido, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1980 implica em avanços do ponto de vista jurídico-formal, quanto ao reconhecimento dos direitos sociais, culminando em significativos ganhos para o campo da construção e materialização das políticas sociais. No entanto, a investida neoliberal³ tensionou estas conquistas que ainda buscavam se consolidar (NETTO, 1996).

Nesse sentido, a noção de ampliação de direitos que foi validada no âmbito das políticas sociais, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é colocada em xeque, o que tem

³ No campo econômico, a crise do capital reacende valores, políticas e medidas conservadoras, a exemplo da apologia ao livre mercado, a redução do papel do Estado na regulação das relações econômicas, o uso do fundo público para salvar o capital industrial e bancário em momentos de crise, a mercantilização de serviços públicos, como luz, água, gás, telefonia. Todas essas medidas, largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, alimentam a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. Mas também explicitam a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais (BOSCHETTI, 2015, p. 639-640).

[...] potencializado não apenas o caráter assistencialista e mercantilista. De um lado, o atendimento focalizado da pobreza absoluta através de programas de transferência de renda/assistenciais; de outro, a mercantilização das políticas sociais transformando usuários em consumidores dos serviços sociais mercantis (GUERRA, 2010, p. 722).

Cardoso (2014) destaca que no atual contexto de transformações societárias, a sociedade brasileira tem vivenciado um cenário em que as necessidades sociais, além de serem atendidas a partir de uma perspectiva minimalista, fragmentada e profundamente seletiva, ainda têm sido subsumidas aos interesses econômicos e políticos de consecutivos cortes sociais realizados pela agenda neoliberal. Essa tendência dar-se, visto que, a exemplo dos programas de transferência de renda, o acesso mesmo que ínfimo a recurso financeiro pela parcela mais pauperizada da população incentiva o consumo de bens e serviços, gerando lucros ao sistema de acumulação.

Não obstante, o que vem se apresentando enquanto tendência é a mercantilização das políticas sociais, seja ela em sua forma clássica, em que o Estado privatiza de fato as instituições executoras das políticas sociais públicas, seja ela velada, através das parcerias público-privadas⁴. Além disso, na atualidade, há um processo de ampliação de determinados setores da política social pública, sobretudo, da expansão da política de Assistência Social, que tem como “carro chefe” os programas de transferência de renda (NETTO, 2012).

Existe, ainda, no âmbito da política educacional, o maciço estímulo à privatização do ensino superior, em que presenciamos tanto o sucateamento das universidades públicas, quanto o incentivo ao crescimento das unidades de ensino superior privadas e à distância, as quais recebem apoio do Estado por intermédio de programas sociais⁵.

⁴ Há, no cenário atual, uma tendência de uma relação de parceria público-privada estabelecida por meio de consórcios, especialmente, nas políticas de educação e saúde, em que o Estado repassa a gestão das instituições executoras para fundações e empresas. Dentre os exemplos mais significativos, podemos destacar a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que atualmente gere Hospitais Universitários em unidades federais de ensino de graduação em todo o país.

⁵ Podem ser destacados aqui dois programas, os quais compõem as diretrizes adotadas para a formação profissional no sistema educacional brasileiro da atualidade, que reverberam para a formação em Serviço Social, sendo eles o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (Reuni). O primeiro, objetiva conceder bolsas de estudos (integrais ou parciais) para estudantes em instituições de ensino privadas. O segundo programa, busca oferecer as universidades federais condições de acesso e manutenção de estudantes na educação superior. Ambos mascaram, respectivamente, o caráter privatista e a lógica da precarização, mas, na realidade, atendem a constituição de uma política educacional orientada pela necessidade de expansão do mercado (GUERRA, 2010).

Cabe aqui ressaltar que esta ampliação dos espaços de formação profissional se desenvolve atendendo às “[...] necessidades do grande capital sob a aparência do atendimento às necessidades do trabalho [...]” (MOTA; AMARAL, 2014, p.33), com vista à manutenção da produção capitalista transmitidas para o setor estatal, objetivando tanto desonerar o capital dos custos de sua própria reprodução, quanto no sentido de ampliar a sua lucratividade.

Para o Serviço Social, o presente cenário revela uma expansão dos chamados serviços assistenciais que constituem um efetivo mercado de trabalho para os assistentes sociais. Do mesmo modo, o perfil próprio deste mercado cria, dialeticamente, a necessidade de uma política educacional que lhe seja funcional, o que repercute no aligeiramento e barateamento da formação profissional, dando conta de fornecer a mão de obra demandada por esta realidade. Guerra (2010, p. 724) afirma que

[...] as novas modalidades de produção e reprodução do capital se expressam na particularidade prático-profissional do Serviço Social em suas diversas dimensões, a exemplo do mercado de trabalho profissional. Daí modalidades que passam a exigir a reciclagem de procedimentos operativos e também determinam novas requisições técnicas, éticas e políticas, ou seja, constituem diferentes demandas para a profissão.

É importante deixar claro que a política social tem em seu fundamento uma natureza contraditória, dada a sua funcionalidade a produção e a reprodução dessa sociabilidade. Na atualidade, a partir das requisições neoliberais, a política social vem assumindo um caráter cada vez mais fragmentado o que, para o Serviço Social, implica na inserção de seu fazer em rotinas de intervenção profissional cada vez mais pragmáticas, imediatistas e produtivista (GUERRA, 2013b). Explicita-se, portanto, neste cenário que

As estratégias de administração das políticas sociais assistencializadas, minimalistas, emergenciais necessitam de um perfil determinado de profissional que, ao que parece, é o que tem sido construído pelos cursos à distância. [...] a precarização da educação, que incide sobre a formação dos assistentes sociais, baseia-se na mesma lógica de precarização das políticas sociais e se amplia na medida em que se dá a massificação precarizada de formação pela via dos cursos à distância (GUERRA, 2014a, p. 56).

Com efeito, a razão instrumental que é constitutiva da sociabilidade capitalista incide sobre a configuração da política social, requisitando-lhe uma condução que se mantenha no âmbito da imediatividade, fragmentando em nível cada vez maior às refrações da “questão social” e intervindo naquelas consideradas mais urgentes. Essa razão instrumental reivindica a

centralidade nos aspectos técnicos-operativos preestabelecidos, fundamentando-se em modelos de ação que sejam capazes de fornecer respostas imediatas, alterando, ainda que momentaneamente a condição objetiva dos seus usuários (GUERRA, 2013b).

O Serviço Social, nessa realidade, enfrenta um duplo desafio, uma vez que se defronta com a histórica influência conservadora a respeito da concepção sobre sua dimensão técnico-operativa e com as novas requisições tecnicistas que lhes são postas no cotidiano de intervenção a partir dessa configuração das políticas sociais. Guerra (2013b, p. 71) aponta que esta é uma realidade que requisita um perfil profissional que seja aquele “[...] técnico adestrado que se limita à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem a clareza dos fins que a sua intervenção visa [...]”.

Nos termos da referida autora, essa tendência ao adestramento tem se dado em função do modelo de política social que vem condicionando o fazer profissional, reduzindo-o a ações instrumentais, uma vez que sua atuação fica restrita

[...] à aplicação de normas vinculadas a administrar a concessão de benefícios, rotinas, baseado em critérios seletivos, quantitativos e condicionalidades, em uma racionalidade do cálculo, em procedimentos formais, manipulatórios (GUERRA, 2013b, p. 70).

Tais aspectos fazem frente à busca do Serviço Social em constituir, no âmbito de seus aspectos teórico-práticos, um arsenal de instrumentos e técnicas que estejam orientados e sejam operacionalizados a partir da vertente histórico-crítica hegemônica na profissão, repondo o debate acerca de sua dimensão técnico-operativa em consonância com esta vertente.

Essa realidade não se apresenta à profissão isenta de resistências por parte das entidades representativas da categoria. No campo do trabalho profissional, expressando-se tanto como uma demanda real dos profissionais a despeito das lacunas quanto à apreensão da dimensão técnico-operativa da profissão, quanto como uma resposta destas entidades à intensa reposição de tendências tecnicistas ao conjunto da categoria, foi lançada, pelo CFESS, a série **Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**⁶, que busca difundir entre os

⁶ Estas publicações estão disponíveis no site do CFESS, em formato digital, podendo ser facilmente acessadas pelos profissionais.

profissionais uma reflexão sobre os parâmetros para atuação de assistentes sociais nas políticas de saúde, assistência social, educação e no âmbito sociojurídico, principais espaços de inserção profissional.

Tais publicações demonstram um esforço de reafirmar no centro da categoria o debate de que a prática profissional tem possibilidades reais de ser realizada para além das ações instrumentais requisitadas no cotidiano de intervenção, mantendo viva, portanto, as potencialidades de um fazer que reconheça a intrínseca vinculação dos instrumentos e técnicas com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social.

Cumpramos ressaltar que estes se configuram enquanto esforços que ampliam e qualificam o direcionamento assumido pelos instrumentos normativos que regem a profissão, a saber, a Lei nº8.662/93 de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional de 1993. A Lei de Regulamentação aponta para os elementos relativos ao fazer profissional que configura o estatuto do Serviço Social, mantendo estreita relação com a dimensão técnico-operativa da profissão. Enquanto o Código de Ética se debruça, principalmente, sobre os valores que perpassam o fazer profissional, demonstrando que a utilização dos instrumentos e técnicas mobilizados pela profissão no cotidiano de construção das respostas profissionais mantém uma indissociável relação com o caráter ético-político assumido pela categoria. Os valores expressos no Código de Ética desmascaram a falácia da neutralidade no uso dos instrumentos e técnicas profissionais.

Ademais, ressaltando a contraditoriedade que perpassa todas as relações que emanam desta realidade, estas mudanças conjunturais impõem ao Serviço Social um contexto tanto de novos desafios a serem enfrentados pela categoria, quanto de possibilidades efetivas, dentre as quais podemos destacar a ampliação dos espaços de inserção profissional, ou seja,

As mudanças na ordem social capitalista produziram novas demandas profissionais, ampliaram os espaços sócio-ocupacionais, modificaram as condições de trabalho, exigiram a incorporação de sólidos fundamentos para adensar a formação profissional e desafiaram as práticas organizativas dos sujeitos profissionais. [...] as conquistas e avanços da profissão passaram a integrar o cotidiano profissional e acadêmico do Serviço Social, seja através de aportes que permitem a problematização crítica dos fenômenos sociais contemporâneos, seja oferecendo respostas profissionais portadoras de opções ético-políticas (MOTA; AMARAL, 2014, p. 24).

As autoras citadas destacam que, mesmo diante da construção de um projeto ético-político que vincula a profissão a uma direção social estratégica comprometida com princípios democráticos e aos avanços, o Serviço Social é perpassado pelos influxos relativos às mudanças conjunturais e estruturais que se processam no interior da sociedade brasileira a partir da ofensiva neoliberal, uma vez que

Nesse contexto, a duradoura ofensiva do pensamento burguês no que se refere à fragmentação e fetichização da vida social, por um lado, e a reatualização das práticas e ideologias conservadoras, necessárias à reprodução do capitalismo contemporâneo, por outro, produziram um brutal esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, através do estímulo às análises superficiais da realidade e à necessidade de dar respostas imediatas, de efeito “útil” ou prático a estes (MOTA; AMARAL, 2014, p. 25).

Nesse contexto, a expansão dos espaços de intervenção profissional convive com a tendência crescente de precarização do trabalho, dadas às configurações próprias desta expansão. Isso porque, na atualidade as formas de enfrentamento às refrações da “questão social” têm ocorrido a partir de um processo de redução dos direitos, em função da configuração cada vez mais seletiva que as políticas sociais assumem.

Tem-se, também, na atual conjuntura, uma tendência crescente à flexibilização dos direitos trabalhistas para todo o conjunto da massa trabalhadora nacional. Não estando isentos aos rebatimentos desta realidade, os Assistentes Sociais

[...] tem na flexibilização uma forma de precarização do seu trabalho tanto como segmento da classe trabalhadora quanto como profissional que atua no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais. A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p. 719).

É incontestável que estas tendências de flexibilização do trabalho repercutem negativamente para o exercício profissional dos Assistentes Sociais, uma vez que reduzem de maneira significativa o nível de relativa autonomia profissional, limitam, sobremaneira, as

potencialidades político-organizativas da profissão, além de restringir a capacidade de construir respostas profissionais que ultrapassem o nível instrumental.

Além disso, há a tendência de sobreposição de um instrumental técnico imposto pela condução das políticas sociais públicas em detrimento dos instrumentais técnico-operativos próprios da intervenção profissional dos Assistentes Sociais, referentes à matéria do Serviço Social. O instrumental requisitado pelas políticas sociais resguarda a característica de ser constituído principalmente de procedimentos modelares, adaptáveis a totalidade do público usuário, tendo ainda a característica de serem mais restritivos do que propriamente promotores de acesso aos direitos sociais (GUERRA, 2010).

Com efeito, o que se registra no cenário atual, na particularidade do Serviço Social, é a incontestável ampliação dos níveis de desemprego e/ou de flexibilização/precarização das relações de trabalho, bem como a significativa ampliação dos espaços de formação profissional, ampliando, também, o contingente de profissionais que são lançados no mercado de trabalho. Tal fato incide no que Yamamoto (2014) chama de exército assistencial de reserva.

Guerra (2010) chama atenção para o fato de que, diante desta lógica perversa, os profissionais são, na maioria dos casos, responsabilizados pela sua inserção ou não inserção no mercado de trabalho. A autora destaca, ainda, que

Temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio instrumental. Como todo trabalhador, o assistente social nas instituições públicas e/ou privadas é submetido (e muitas vezes submete) aos programas de treinamento, tenham eles conteúdo técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional (GUERRA, 2010, p. 718).

Assim, o perfil de política social assumido pelo Estado impõe ao Serviço Social, segundo Guerra (2010), tanto a expansão das experiências de precarização dos espaços públicos de formação profissional, de mercantilização do ensino em graduação, além da ampliação abrupta das experiências de Ensino à Distância; quanto implica na requisição de um novo perfil profissional, o qual a formação profissional deverá abarcar.

Esta realidade tensiona o perfil profissional assumido hegemonicamente pelo projeto ético-político do Serviço Social, visto que impõe ao profissional a construção de respostas que permaneçam no nível técnico-instrumental, imediatista e despido das determinações necessárias para compreender a realidade concreta e desenvolver respostas fecundas no campo de seu exercício profissional cotidiano.

Quanto à formação profissional em Serviço Social, esta tem sido perpassada por inúmeros desafios, mas também registra significativos avanços. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 expressam um marco na busca por consolidar a direção social assumida pela profissão. A formação profissional é, conforme Ramos e Abreu (2014, p. 125), “um eixo de materialização e enraizamento do projeto ético-político da categoria desde a década de 1980”, que buscou incorporar os aspectos éticos e políticos, bem como os princípios progressistas de liberdade, dos direitos humanos e da emancipação humana, de compromisso com a população usuária, dentre outros, presentes na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional de 1993.

A Revisão Curricular, proposta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, objetivou redirecionar a formação profissional em Serviço Social, tomando estes valores centrais como fundamentais a uma formação qualificada, além de inserir a “questão social” como um de seus elementos centrais. Essa revisão buscou, ainda, fundamentar a formação profissional em um percurso teórico-metodológico que propiciasse apreender as particularidades relativas às demandas e as respostas postas à profissão na dinâmica da realidade social (ABEPSS/CEDEPSS, 1996). Busca-se, assim, construir para o assistente social um determinado perfil profissional, como

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultura generalista crítica, componente em sua área de desempenho com capacidade de inscrição criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 2007, p. 227).

As Diretrizes Curriculares de 1996 apresentam, também, a indicação do conjunto de habilidades e competências que deverão ser constituídas a partir do processo de formação

profissional, que envolve tanto a apropriação satisfatória dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos, além dos aspectos éticos e políticos que orientam a profissão, buscando, assim uma articulação efetiva destes elementos com a habilitação técnico-operativa, para que haja uma intervenção qualificada e fecunda na realidade na qual a profissão se insere (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Em contrapartida a estes avanços, pode ser observado, também, nos últimos anos, o desenvolvimento de uma contrarreforma no contexto do ensino superior⁷, que se apresenta como uma exigência às necessidades de acumulação do capital, pois as instituições de ensino privado em nível superior são um espaço de ampla lucratividade. O discurso da “democratização da educação” obscurece o fato de que a formação é concebida enquanto uma mercadoria. Além do que a prestação deste serviço não ocorre, na grande maioria dos casos, levando em consideração os níveis necessários de qualidade de ensino (GUERRA, 2010; LIMA; PEREIRA, 2009).

A contrarreforma do ensino superior e o incentivo à ampliação das instituições de ensino privadas e à distância é expressiva no âmbito da formação profissional em Serviço Social⁸. Neste contexto,

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) alterou o conteúdo originalmente defendido pela ABEPSS enquanto elementos indispensáveis para um processo de formação profissional condizente com a direção social assumida pela profissão, estabelecendo, em 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, a qual condiciona a formação

⁷Sobre as análises da contrarreforma do ensino superior no Brasil, Cf. Lima e Pereira (2009) e Guerra (2010).

⁸ Segundo Carvalho (2015) “no ano de 2014, de acordo com os dados do MEC/INEP, as IES que ofertam cursos de graduação em Serviço Social, em funcionamento e cadastradas no referido Ministério, praticamente triplicaram, perfazendo um número total de 658 IES⁴⁴, na modalidade presencial e a distância. Dentre estas, 608 (92,4%) são IES privadas, e apenas 50 (7,6%), são públicas sendo que, destas IES privadas, 352 são presenciais e 256 são a distância”.

profissional às requisições imediatas do mercado, subsumindo os determinantes macrosociais presentes na proposta originalmente construída pela ABEPSS⁹.

Para o ensino da prática que, conforme Santos (2006) tem sido negligenciado no âmbito da formação profissional em Serviço Social em função das lacunas e equívocos vivenciados pela profissão ao longo de sua história, as alterações promovidas pelo CNE no conteúdo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 – que confronta àquelas lacunas e equívocos –, foram extremamente danosas.

Isso porque houve a alteração da carga horária mínima total do curso de Serviço Social que, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, constavam como necessárias à formação 2.700 horas somados a mais 15% destinado ao estágio. Com as alterações do CNE, essa carga horária mínima passou a ser de 2.700 horas, incluindo-se o estágio e atividades complementares (BOSCHETT, 2004). Cumpre ressaltar que o estágio curricular em Serviço Social é, no âmbito da formação acadêmico-profissional, um espaço privilegiado para a apropriação dos conteúdos teórico-práticos pertinentes à dimensão técnico-operativa da profissão.

A tendência ao aligeiramento da formação profissional promovida pelas proposições do CNE vai de encontro aos avanços expressos as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, uma vez que para o âmbito particular da dimensão técnico-operativa da profissão implica nas ameaças da reatualização do tecnicismo. Recupera-se a requisição de um profissional que absorva e reproduza a ideia da neutralidade na intervenção profissional, negando a relação teoria e prática, retirando os aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos críticos da intervenção.

Nessa perspectiva, a formação profissional é tensionada por fortes traços conservadores¹⁰, em que,

O metodologismo ressurgue sob a forma de ênfase no tecnicismo e legalismo positivista, como elemento crucial na formação e na pesquisa, em detrimento

⁹ A Revista Temporais, que é publicada pela ABEPSS, lançou em 2007 uma edição intitulada “Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação”, n°14, em que são divulgadas pesquisas abordando os elementos mais significativos que atravessaram esse processo.

¹⁰ Boschetti (2015) lança a discussão do teorismo acrítico, o aligeiramento, o pragmatismo, o voluntarismo e o contentamento com o possibilismo como sendo traços do conservadorismo no âmbito da formação profissional.

do questionamento, da crítica, da grande política como elementos fundamentais do pensamento crítico. Fortalece-se a suposição de que uma boa técnica, ou um arsenal de técnicas, pode substituir a análise crítica e a ação política coletiva na transformação do real. Daí decorrem elaborações teórico-metodológicas orientadas por abordagens conservadoras, prescritivas ou descritivas, que realçam o empirismo e rebaixam o pensar crítico e a intervenção comprometida com a transformação coletiva (BOSCHETTI, 2015, p. 647, grifos originais).

Além disso, dada à configuração própria da fase contemporânea deste modelo de sociabilidade que está orientado por uma racionalidade instrumental, que lhe é funcional, tem-se uma tendência crescente de que se reponha a valorização da dimensão técnica, sobrepondo-a à dimensão intelectual (GUERRA, 2014b; MOTA; AMARAL, 2014).

Cumprе ressaltar que este processo não ocorre isento de resistência, visto que existe um esforço contínuo das entidades representativas do Serviço Social – Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, além da ENESSO – e de uma parcela significativa da categoria profissional que se colocam enquanto frente de resistência a estas involuções, pois

[...] debelar esses traços conservadores requer recusar a formação aligeirada, acrítica e tecnicista e defender a formação na perspectiva de totalidade sem nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo. Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis. No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações (BOSCHETTI, 2015, p. 649-650).

Não obstante, o trabalho profissional em Serviço Social tem sido marcado, na atual conjuntura, por significativos avanços, sobretudo quanto à maturidade que tem sido alcançada tanto no âmbito da formação quanto para a prática profissional. No entanto, os influxos do cenário de crise do capital e da sua conseqüente reconfiguração nos vários níveis de sua reprodução social o que têm gerado para a profissão uma realidade de novas demandas e requisições, sendo estas desafiadoras.

Não restam dúvidas de que o Serviço Social enfrenta hoje desafios quanto à apropriação da concepção relativa à sua dimensão técnico-operativa, uma vez que a configuração própria da sociabilidade capitalista impõe à sua dinâmica a necessidade de que o

fazer profissional mantenha-se restrito ao seu caráter instrumental. Do mesmo modo, e como uma face da mesma moeda, tem-se vivenciado no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social o esforço, mesmo que ainda perpassado por limitações de ordem quantitativa, em amadurecer o debate acerca da dimensão técnico-operativa da profissão.

Estudos que analisam a instrumentalidade da prática profissional do assistente social, bem como aqueles relativos à indissociável relação entre a teoria e a prática, serviram de embasamento para qualificar o debate relativo à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que tem avançado desde a década de 1990 até os dias atuais. É sobre estes aspectos que trataremos no próximo item.

2.2 A instrumentalidade do Serviço Social frente às requisições da sociabilidade capitalista

Abordar a instrumentalidade do Serviço Social não é uma decisão aleatória, isso porque ela se constitui enquanto uma mediação indispensável ao exercício profissional do Assistente Social. A instrumentalidade, segundo Guerra (2014b), é uma capacidade que vai sendo adquirida, construída e reconstruída ao longo do desenvolvimento histórico da profissão, no âmbito do confronto da relação que se estabelece entre a profissão e a sociedade na qual ela está inserida.

A instrumentalidade aqui é colocada enquanto uma mediação fundamental que revela que a ação profissional não se constrói de maneira neutra e imediata; de que não se realiza exclusivamente por intermédio dos instrumentos e das técnicas; e tampouco, que essa ação se encontra isenta das condições objetivas produzidas pela atual configuração de sociedade (GUERRA, 2000). Guerra (2000, p. 09) argumenta que, de modo universal¹¹, “no processo de trabalho a passagem do momento da pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade”. Assim sendo, instrumentalidade é “essa capacidade que, como instância de passagem, possibilita passar das abstrações da vontade para concreção das finalidades”.

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada acerca da instrumentalidade como elemento constitutivo do processo de trabalho Cf. Guerra 2014; 2000.

Partindo desta compreensão, a instrumentalidade do Serviço Social se expressa como um “conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional” (GUERRA, 2014b, p. 37-38). Trata-se, portanto, da relação que estabelece entre os meios e os fins, relação esta que é orientada pela intencionalidade profissional, a qual pode variar de acordo com o projeto a que está vinculado o profissional.

Pensar a instrumentalidade do trabalho profissional do Assistente Social, a partir desta compreensão, é apreendê-la em três níveis:

1. no que diz respeito à sua funcionalidade ao projeto reformista da burguesia (reformatar conservando);
2. no que se refere a sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais (ou nível de competência requerido) frente às demandas das classes, donde advém a legitimidade da profissão;
3. como uma mediação que permite a passagem das análises macroscópicas, genéricas e de caráter universalista às singularidades da intervenção profissional, em contextos, conjunturas e espaços historicamente determinados (GUERRA, 2000, p. 23).

Os dois primeiros níveis mencionados pela autora explicitam a vinculação entre a instrumentalidade do Serviço Social e a razão instrumental, visto que se remetem a condição de ser instrumento de controle, sendo funcional a manutenção das relações sociais impostas pelo sistema, como também, pelo fato de que suas respostas em nível operativo-instrumental, nessa realidade, são construídas para modificar situações imediatas e de caráter pragmático (GUERRA, 2000).

A relação entre a instrumentalidade do Serviço Social e a razão instrumental se explicita em função de que, conforme assevera Santos (2007), esta profissão surge na sociedade capitalista enquanto componente das estratégias das frações de classe dominante para manutenção da ordem vigente, constituindo-se, portanto, o conservadorismo um componente ídeo-teórico com significativa influência para a profissão.

Não obstante, a racionalidade formal-abstrata é o modelo de racionalidade imperante na ordem do capital, sendo ela funcional a produção e reprodução desta sociabilidade, uma vez que tende a obscurecer os elementos da realidade concreta, fragmentando-a em fatos

sociais isolados, mantendo, portanto, relação direta com o pensamento conservador. O Serviço Social surge imerso neste padrão de racionalidade, o que imprime particularidades aos aspectos teórico-práticos da profissão, desde sua emergência, com reverberações na atualidade.

Importa salientar que a constituição deste padrão de racionalidade toma forma e conteúdo quando a burguesia assume seu caráter conservador em detrimento de seu estatuto revolucionário – estatuto este herdado pela classe proletária –, rompendo com a tradição progressista e instaurando na realidade de reprodução da sociabilidade capitalista a “Miséria da Razão¹²” (COUTINHO, 2010).

Coutinho (2010) destaca que a partir deste cenário tem-se a prevalência de uma compreensão da realidade limitada a uma pseudo-historicidade subjetiva e abstrata que obscurece, portanto, as reais determinações da realidade. Nos termos do referido autor,

Em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p. 30-31).

Decorre daí a defesa de que há uma impossibilidade por parte da razão em apreender a realidade concreta, o que mantém a compreensão do real limitada ao nível da aparência imediata (COUTINHO, 2010). Configura-se a partir desta compreensão a vigência de uma racionalidade formal-abstrata no sistema capitalista, em que, segundo Castelo (2013) a razão é reduzida a uma manipulação tecnicista de dados da realidade.

Guerra (2013a, p. 186-187) destaca que a racionalidade formal-abstrata não é o único padrão de racionalidade existente na vigência da sociedade capitalista burguesa, mas ela é hegemônica, corroborando para a construção de formas de ser, pensar e agir que sejam funcionais a manutenção dessa ordem. Esta racionalidade transporta para as relações sociais a lógica presente nas ciências naturais, o que, conforme Guerra (2013a; 2014b), implica em

¹² Segundo Coutinho (2010) esta “razão miserável” abandonou os três importantes núcleos para compreensão da realidade em seu movimento concreto, a saber, o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética, rompendo com a tradição progressista e passando a buscar a manutenção da ordem capitalista burguesa.

uma fragmentação dos aspectos que compõe a realidade social, isolando os problemas da vida social em “fatos sociais”. Abandona-se a análise concreta de situações concretas e a intervenção na realidade social não ultrapassam o campo da imediaticidade, do pragmatismo e do empirismo.

Na vigência da racionalidade formal-abstrata, a política social é apropriada sob sua forma de aparecer, em que a “questão social” é fragmentada e decomposta em “questões sociais”, e tratadas a partir de uma pretensa neutralidade e de maneira burocratizada, com foco em seus aspectos técnicos de constituição destas respostas. Com isso, as políticas sociais passam a incorporar por intermédio do Estado, práticas profissionais capacitadas a desenvolver neste âmbito atividades executivas de planejamento e implementação, dentre as quais o Serviço Social se insere (GUERRA, 2014b).

Nessa perspectiva, Netto (2011) argumenta que o Serviço Social está inserido numa realidade em que o seu reconhecimento social deriva da capacidade que o profissional detém de modificar algumas variáveis dos usuários dos serviços sociais, por intermédio de sua intervenção, inserindo-se prioritariamente em funções executivas.

Com efeito, Netto (2011) destaca que o Assistente Social encontra-se inserido em um espaço de intervenção no qual as refrações da “questão social” são conciliáveis com as práticas de reordenamento de condutas dos usuários dos serviços sociais. Maranhão (2014, p. 72) corrobora com esta argumentação, afirmando que

Isso quer dizer que a forma aparentemente fluída e fragmentada das refrações da “questão social”, sob as quais o assistente social atua, somam-se perfeitamente com a sua prática de reordenar, planejar ou manipular aspectos pontuais do cotidiano de grupos sociais. Cria-se, portanto, um terreno fértil para práticas pragmáticas e burocráticas [...].

Logo, a modalidade específica de intervenção profissional¹³ está relacionada à maneira como o profissional desenvolve as ações, pois realiza “a manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado” (NETTO, 2011, p. 97). Nos seus espaços de inserção

¹³ Guerra (2013b) destaca que a modalidade específica de intervenção profissional se relaciona decisivamente com as características do cotidiano. A referida autora aborda que tais características são a heterogeneidade, a espontaneidade, a imediaticidade e a superficialidade, características estas que tendem a obscurecer as reais determinações que incidem sobre as demandas usuárias, o modelo de política social vigente e as formas de intervenção profissional, o que requisita dos assistentes sociais ações de caráter eminentemente instrumentais.

profissional, os Assistentes Sociais são chamados a atuar por meio de respostas imediatas, limitadas ao seu caráter instrumental, que atendam a metas institucionais, o que não necessite, desde logo, de uma apropriação crítica da realidade.

Maranhão (2014) aponta que a ruptura definitiva com o sincretismo¹⁴ é impensável, visto que resguarda uma relação ontológica com a constituição da prática profissional do Serviço Social dentro de uma realidade historicamente determinada. O autor destaca, ainda, que, além do esforço de amadurecer a aproximação com o método dialético dentro da profissão, há que se aprofundar a dimensão investigativa, para que haja uma efetiva sintonia entre a dimensão teórico-metodológica e a sistematização da prática interventiva. Ou seja,

Só com o fortalecimento contínuo e a articulação conjunta entre esses dois espaços, preservando os limites e as possibilidades de ambos, é que os problemas cotidianos vividos pelos profissionais nas instituições podem redundar em ricas temáticas de investigação e pesquisa que ao suspenderem o cotidiano caótico e reificado do espaço profissional podem abrir caminhos para a construção de alternativas críticas à intervenção profissional apesar dos estreitos limites institucionais. A construção de tais condições materiais e teóricas pode portar uma alternativa para a criação de um instrumental teórico e técnico operativo que possibilite o acesso às múltiplas determinações que compõe a realidade social, permitindo, com isso, a visibilidade do desenvolvimento de estratégias de atuação crítica nas mais variadas instituições (MARANHÃO, 2014, p. 101).

Nesta perspectiva, ainda que a realidade em que a profissão se insere se apresente enquanto um óbice para a construção de respostas profissionais que extrapolem o nível instrumental, Guerra (2014b) destaca que, a apropriação da instrumentalidade do Serviço Social como uma mediação, contribui para a construção de respostas profissionais que tendem a romper com o imediatismo e o pragmatismo, desenvolvendo tais respostas que estimulem estratégias coletivas junto à população usuária dos serviços.

A instrumentalidade do Serviço Social, sendo “a capacidade de articularmos estratégias e táticas mais adequadas (ou não) aos objetivos que pretendemos alcançar” (GUERRA, 2014b, p. 26) necessita ser apreendida enquanto categoria constitutiva da profissão, o que

[...] permite pensar nos indicativos teórico-práticos da intervenção imediata (entendidos como os instrumentos teóricos, políticos e técnicos), bem como

¹⁴ Sobre a tese do sincretismo do Serviço Social, ver a argumentação de Netto (2011).

vinculá-los aos objetivos, finalidades e valores profissionais e humano-genéricos. Em outros termos, permite acionar, potencializar os diversos elementos que compõem a cultura profissional (GUERRA, 2000, p.23).

Ademais, apreender os desafios que se apresentam à instrumentalidade do Serviço Social, deve ser levado em consideração os elementos teórico-práticos indissociáveis e necessários a sua efetivação, objetivando demonstrar clareza acerca das possibilidades reais do seu fazer cotidiano. Além disso, compreender essa racionalidade permite que se compreendam os desafios à construção das respostas profissionais e os limites da intervenção profissional.

Nesse sentido, a instrumentalidade do exercício profissional, em se mantendo restrita à dimensão instrumental que é necessária a intervenção profissional, porém, insuficiente, reproduz abordagens psicologizantes, moralizadoras, validando os padrões próprios da ordem burguesa. Desta relação emanam tendências ao metodologismo e ao instrumentalismo, próprias da razão instrumental e sua relação com a racionalidade formal-abstrata (GUERRA, 2000).

A questão teórico-prática da profissão e sua vinculação com a discussão dos instrumentos e técnicas é tratada na historiografia do Serviço Social a partir das particularidades que assume em cada momento histórico-social e político da sociedade brasileira. Isso porque, trata-se de uma profissão que não se encontra alheia às determinações constitutivas das relações sociais capitalistas em nosso país, mas, ao contrário, ela é constituída como um produto destas relações.

Daí os problemas incontestes quanto à apreensão da perspectiva crítica da dimensão técnico-operativa, em que mesmo havendo o esforço de reconstruir no meio da categoria o significado do seu arsenal de instrumentos e técnicas em sua relação com os aspectos teórico-práticos da profissão, há, ainda, no discurso profissional a defesa da ideia de que “na prática a teoria é outra”. As questões relativas à apreensão teórico-conceitual da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, bem como as problemáticas que envolvem a mesma, são aspectos que abordaremos a seguir.

CAPÍTULO III – A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIZAÇÃO E APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O presente capítulo traz o debate de como a atual produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social tem avançado no aprofundamento de discussões pertinentes à profissão e revelado que a abordagem da dimensão técnico-operativa também registrou avanços significativos. Tais avanços se deram tanto no sentido de amadurecimento teórico-crítico do debate, quanto no aspecto quantitativo, muito embora, ainda, registre um acervo reduzido quando se leva em consideração a abrangência de temas que tem sido privilegiado como objeto de estudo de pesquisadores da área do Serviço Social na atualidade.

Nesse sentido, a relação existente entre a unidade teoria/prática e a dimensão técnico-operativa do Serviço Social necessita ser esplanada, uma vez que a correta apreensão desta relação incide sobre a percepção das possibilidades e limites da inserção dos instrumentos e técnicas na intervenção profissional, bem como o entendimento da real vinculação existente entre o instrumental técnico-operativo da profissão e as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Considerando esses aspectos, abordamos, também, como a dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem sido apropriada nos principais estudos publicados no âmbito da produção do conhecimento na área, sobretudo em seus termos teórico-conceituais.

3.1 O processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a abordagem da dimensão técnico-operativa

As expressões no Brasil do Movimento de Reconceituação do Serviço Social demarcam uma tendência no desenvolvimento histórico da profissão de aproximação com a vertente crítica do conhecimento científico, o que resulta em um amplo processo de renovação tanto de seus aspectos teórico-metodológico e ético-políticos quanto dos técnico-operativos.

Entender a processualidade destas mudanças no interior da profissão propicia a apreensão de como foi construída a atual compreensão acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Isso porque as reflexões em torno dos instrumentos e as técnicas da profissão vivenciaram, conforme destaca Santos (2006), um período de supervalorização, seguido de uma subordinação aos conteúdos teóricos, até ser compreendida, na atualidade, como uma dimensão particular que constitui o Serviço Social, sendo, portanto, indissociável das demais dimensões que lhe dão forma e conteúdo¹⁵.

As mudanças sociopolíticas e econômicas ocorridas no interior da sociedade brasileira, entre as décadas de 1950 e 1960, mudanças estas fundamentadas nas perspectivas desenvolvimentistas, corroboraram para o processo de erosão do Serviço Social Tradicional, uma vez que vão sendo constituídas as bases de contestação quanto aos aportes teóricos e aos padrões técnicos e científicos presentes nas práticas e representações do Serviço Social “tradicional”, propiciando a construção da laicização desta profissão (NETTO, 2015).

É sob essa influência que o Serviço Social começa a vivenciar uma determinada diversidade quanto à concepção de sua natureza, bem como no trato da metodologia profissional e nas concepções e manipulação do instrumental técnico-operativo (TRINDADE, 1999). As formas de intervenção consagradas e cristalizadas da profissão passam a ser contestados, abrindo-se as possibilidades de incorporação de uma intervenção mais compatível com as novas demandas e requisições (NETTO, 2015).

Nessa perspectiva, o Serviço Social passa a questionar-se acerca de seu perfil, discutindo sobre o objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, com destaque para a constituição de uma metodologia profissional, frente à necessidade de um aperfeiçoamento do instrumental-operativo.

Netto (2015) e Trindade (1999) destacam que a preocupação com a metodologia de ação profissional e a aproximação do Serviço Social com vertentes mais críticas das Ciências Sociais, sobretudo a partir de sua inserção no espaço universitário, permitiu a construção de uma alternativa à vertente conservadora predominante na profissão até então.

¹⁵ Estes aspectos serão aprofundados no decorrer do capítulo 3.

As alterações no âmbito do Serviço Social estão travejadas por um elemento conjuntural importante, o contexto de Ditadura Civil-Militar¹⁶, instaurada no Brasil em abril de 1964. Estava no discurso oficial a necessidade de fazer frente à ameaça comunista de significativa influência sobre as massas trabalhadoras em várias partes do mundo. Período ao que se convencionou chamar de regime autocrático burguês.

A ditadura que se instaurou no país nada mais representou do que uma expressão real das necessidades de expansão e acumulação crescente do capital mundializado, que requisitava, mediante o quadro de crise do capital monopolista internacional, o rompimento de todas as barreiras que porventura ainda existissem nos países periféricos alcançados na vigência do imperialismo. No Brasil, tal fato implicou no desenvolvimento de uma “modernização conservadora” (NETTO, 2015).

O Estado é, então, compelido a se reorganizar, se racionalizando burocrático-administrativamente em suas estruturas organizacionais, o que implica para o Serviço Social um novo padrão de exigências quanto a sua prática profissional. Segundo Netto (2015, p. 162)

[...] a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional [e] passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido de compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades [...].

Não obstante, as alterações necessárias no perfil dos Assistentes Sociais implicam em alterações significativas no âmbito da formação profissional e, nesse sentido, o Estado autocrático burguês é, também, decisivo ao inserir os cursos de Serviço Social no espaço universitário.

Conforme destaca Netto (2015), a inserção do Serviço Social no âmbito universitário implicaria na refuncionalização da formação dessa profissão às necessidades de manutenção da vigência daquele regime, além de consolidar a legitimidade profissional mediante as exigências postas pelo mercado de trabalho, visto que as formas de intervenção profissional

¹⁶ Cf. Netto (2015) para uma análise mais aprofundada do significado dessa Ditadura para o contexto político-econômico brasileiro, bem como suas repercussões para o Serviço Social. Em obra recente, intitulada Pequena história da Ditadura Brasileira (1964-1985), publicada em 2015 pela Editora Cortez, o autor realiza uma densa reflexão acerca da Ditadura Civil-Militar no Brasil, recuperando aspectos importantes sobre este período da história do país.

deveriam se adequar às necessidades de desenvolvimento da economia nacional e as consequências societárias oriundas dele.

Ao racionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento da sua legitimação. Em poucas palavras, isso é equivalente a afirmar que, instaurando as condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2015, p. 170).

Assim sendo, a inserção do Serviço Social no espaço universitário revelou sua face contraditória devido às condições próprias da configuração do ensino no espaço acadêmico. A formação em Serviço Social é amplamente alterada, passando a incorporar preocupações quanto às suas tradições intelectuais e investigativas, além do recrutamento de novos docentes, o que insere na formação acadêmica do Serviço Social, profissionais com formas de pensamento que não estavam atrelados a discurso confessional. Desse modo, divergiam do ponto de vista teórico daqueles quadros docentes das tradicionais Escolas de Serviço Social, os quais se fundamentavam predominantemente no discurso humanista cristão.

Com efeito, as alterações no cenário conjuntural brasileiro e no interior da profissão implicam no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o qual influencia e sofre significativa influência do chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

A Reconceituação incidiu, não apenas no Serviço Social brasileiro, mas, também, em vários países latino-americanos, os quais, mesmo mediante suas particularidades sócio-históricas, vivenciavam em comum um cenário de dominação burguesa que escancarava sua face mais repressiva através da instauração de regimes ditatoriais em vários países, enquanto favorecedores do capital monopolista internacional (ORTIZ, 2010; TRINDADE, 1999).

O Movimento de Reconceituação Latino Americano

“[...] questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte

democrático-liberal davam claros sinais de ineficiência e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...] (ORTIZ, 2010, p. 162).

A renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2015), se expressa a partir de três direções distintas, a saber, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Netto (2015) destaca que, hegemonicamente, estava em curso no Serviço Social brasileiro o desenvolvimento de uma modernização conservadora, que se expressava por intermédio da perspectiva modernizadora que consiste em

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2015, p. 200).

A perspectiva modernizadora, ainda segundo o autor, vigora a partir da segunda metade da década de 1960, até meados dos anos de 1970.

A reatualização do conservadorismo, também, apresenta-se no processo de renovação da profissão e, conforme aponta Netto (2015), encontra inspiração teórica na Fenomenologia, mantendo-se, assim, alinhada aos pressupostos teóricos que marcam o processo de institucionalização do Serviço Social e ao projeto de modernização da profissão. Tal assertiva indica a manutenção de uma influência eminentemente conservadora no embasamento teórico-prático da profissão.

Com efeito, dentre as iniciativas para a modernização do Serviço Social brasileiro registradas entre os anos de 1960 e 1970, é significativo que sejam mencionados os Seminários de Teorização realizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), os quais pretendiam discutir os fundamentos da profissão em suas bases científicas, mas, especialmente, sobre as orientações práticas para uma intervenção profissional moderna e condizente com as requisições que lhe eram apresentadas, buscando, portanto, o aperfeiçoamento do seu arsenal técnico-operativo.

Realizou-se, nesse contexto, o Seminário de Araxá (1967), no qual se enfatizou o tema da “Teorização do Serviço Social” e o Seminário de Teresópolis (1970), que discutiu a “Metodologia do Serviço Social”. Estes são um marco expressivo das concepções profissionais a respeito da perspectiva modernizadora. Em que pese às limitações apresentadas por estes seminários, haja vista o incontestado conteúdo reformista, Netto (2015) destaca que estes propiciaram ganhos quanto aos aspectos técnico-operativos da profissão, muito embora tenham estimulado a valorização de uma intervenção prático-imediata.

O Seminário de Sumaré (1978), que tratou sobre a “Cientificidade do Serviço Social”, e o Seminário do Alto da Boa Vista (1984), não apresentaram resultados expressivos para o processo de renovação da profissão (NETTO, 2015; TRINDADE, 1999).

A preocupação expressa na realização dos referidos seminários aponta para o fato de que

A discussão sobre a metodologia do Serviço Social está perpassada pela necessidade de garantir à profissão um acervo de conhecimentos científicos que possibilitem legitimar a validade científica da profissão, de fazê-la parte efetiva do conjunto de iniciativas técnico-científicas e parte dos programas de desenvolvimento (TRINDADE, 1999, p. 150).

Importa salientar que a concepção da metodologia aparece, nestes seminários, revestida de um caráter de supervalorização do caráter técnico, tendo, além disso, sua abordagem reduzida à significação dos procedimentos operativos limitados ao nível de uma prática imediata em realidades muito específicas.

Santos (2006) destaca que o processo de renovação empreendido pela profissão naquele cenário, implica na inserção inédita até então, de um pluralismo teórico-metodológico, apesar de não serem necessariamente antagônicas aos que hegemonicamente fundamentavam o Serviço Social até aquele período. Nessa perspectiva,

As direções de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo verificadas nesse momento, apesar de avançarem ao oferecerem para o Serviço Social um tratamento “científico”, buscam respaldo nas correntes sistêmicas (de origem positivista) e na vertente fenomenológica, não rompendo, assim, com o universo teórico-metodológico de tradição conservadora, pelo contrário, mantendo-o (SANTOS, 2006, p. 50).

Por outro lado, vinha se gestando, também, dentro das concepções do Serviço Social a perspectiva da intenção de ruptura que, segundo Netto (2015, p. 206),

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador).

Trindade (1999, p.173) destaca que a intenção de ruptura expressa um novo projeto profissional que se erguia no Serviço Social, o qual se propunha a “enfrentar criticamente a gênese e o desenvolvimento da profissão, priorizando os questionamentos à estrutura econômico-social” o que, no limite, impulsionaria a orientação dentro da profissão de não se limitar “a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social”.

Nessa conjuntura sócio-histórica, o Serviço Social brasileiro registrou a convivência de dois projetos profissionais, a saber, o projeto profissional modernizador e o projeto profissional de ruptura. Emana daí as bases para a constituição do atual projeto ético-político do Serviço Social, fundado nos pressupostos progressistas presentes na teoria social crítica.

O caráter de esforço em entender a natureza e o significado da profissão a partir de sua inserção no âmbito das relações sociais demonstrou o seu completo antagonismo em relação às perspectivas da renovação conservadora e da reatualização do conservadorismo, existentes na profissão até aquele momento, rompendo com a concepção de profissão instituída pelo Serviço Social tradicional.

Além disso, foram construídas, nesse cenário, alternativas profissionais ao tradicionalismo presente no Serviço Social, com destaque para o “Método BH”¹⁷. Tal Método se caracterizou pela preocupação de construir uma maior aproximação com os setores

¹⁷ Trata-se de uma “proposta [...] [de] romper com o Serviço Social “tradicional”, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar ênfase aos novos campos de trabalho e prática profissional que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais da profissão, com ênfase no assistencialismo e no ajustamento. A perspectiva que orientou a experiência da Escola de Serviço Social da UCMG estava orientada por um novo “marco teórico-metodológico” cuja dimensão metodológica foi conhecida como método BH (Belo Horizonte)” (BRAVO, 2009, p. 683).

populares, mas, a partir de parâmetros diferentes das experiências profissionais realizadas pela orientação do projeto de renovação conservadora (NETTO, 2015).

No entanto, as experiências de intervenção profissional que mantinham vinculação com o “Método BH” expõem as características do metodologismo imperante a partir desta perspectiva prático-profissional. O metodologismo marcado, conforme Santos (1985), por modelos de intervenção que se organizavam a partir das seguintes etapas: investigação, interpretação, diagnóstico, programação e execução do trabalho.

A intenção de ruptura é também marcada pela interlocução entre o Serviço Social brasileiro com as ideias do Marxismo. Contudo, esta interlocução ocorre inicialmente marcada por uma “aproximação enviesada”, visto que se dá por meio de manuais reducionistas e obras de autores que apresentavam uma interpretação pouco fiel as ideias de Karl Marx, em detrimento do recurso aos seus clássicos originais (NETTO, 2015).

Na avaliação de Trindade (1999, p. 182) tal aproximação contém “fortes traços de reducionismo, simplismo, ecletismo teórico e ideológico” na interpretação das ideias de Marx. Isso porque os autores aos quais o Serviço Social recorreu para aproximar-se de suas ideias¹⁸ detinham em suas análises influências positivistas, bem como orientações político-partidárias que culminaram em uma leitura distorcida das ideias de Marx, o que implicou em equívocos para a intervenção profissional dos Assistentes Sociais.

Nesse sentido, as primeiras obras do Serviço Social sob influência marxista são marcadas por significativos equívocos, que vão desde a tendência ao economicismo, até a redução do método a questões metodológicas, tomando-o de modo utilitário e pragmático (TRINDADE, 1999).

Podem, portanto, ser destacados importantes avanços que se dão a partir de tal interlocução, a saber, a realidade social passa a ser apreendida como histórica e a perspectiva de que a sociedade pode ser transformada através da intervenção consciente dos homens.

¹⁸ Destaca-se que no início da aproximação do Serviço Social com o Marxismo ocorreu, sobretudo, por meio das obras de Althusser, o qual enfatizava a perspectiva do estruturalismo marxista.

Acerca do instrumental técnico-operativo da profissão nesse período, Trindade (1999, p. 185) aponta que

[...] nas primeiras formulações da ruptura, a negação das abordagens profissionais, próprias ao projeto de institucionalização e modernização, não significa negligência da dimensão operativa da prática. Há um redimensionamento do instrumental, para atender aos objetivos profissionais pautados na “conscientização e organização da população”. Ainda que os equívocos políticos e teórico-metodológicos estejam presentes nessas propostas, a negação do instrumental se refere àqueles próprios à prática tradicional, havendo a valorização dos instrumentos e técnicas que possibilitassem redimensionar a prática para um sentido mais coletivo.

O tensionamento promovido no interior da profissão, a partir do amadurecimento da interlocução entre o Serviço Social e o conhecimento fundado em uma matriz de pensamento marxista, propiciou que a questão do instrumental técnico-operativo fosse colocada em debate, havendo agora o esforço de que tal instrumental pudesse ser apreendido por meio da racionalidade crítica e reflexiva. Assim, a intenção de ruptura

[...] trouxe novos elementos que ajudaram a repensar os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social bem como o Serviço Social enquanto constituído por uma dimensão política, sobre a unidade entre teoria e prática a partir de uma visão de totalidade. Essa perspectiva conseguiu chamar atenção para o caráter político dos instrumentais técnico-operativos, negando uma suposta neutralidade no seu manuseio, defendida pela razão instrumental, de cunho formal, bem como contribui com o debate sobre a formação profissional [...] (SANTOS, 2006, p. 51).

Assim, a partir deste referencial teórico-metodológico e ético-políticos sob orientação crítica, pode-se apreender que o instrumental técnico-operativo do Serviço Social é, agora, compreendido como mediador na construção de uma intervenção profissional que incentive a participação da população usuária em atividades cada vez mais coletivas que, nos termos Trindade (1999, p. 185), “não visam a integração social dos membros da ‘comunidade’, mas objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação para garantir os direitos sociais”.

No âmbito da formação profissional, Santos (2006, p. 52) assevera que

A nova proposta curricular tentava romper com a metodologia tradicional, eliminando as disciplinas de Caso, Grupo e Comunidade. Ao mesmo tempo, buscou empreender uma reflexão teórico-metodológica que partisse do

conhecimento da sociedade, utilizando pensadores clássicos (Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, entre outros) que, muito diferencialmente, oferecem uma produção teórico-metodológica de explicação da mesma. A mudança no currículo propiciou o surgimento de novas questões e reafirmou velhas dúvidas quanto à dimensão teórico-metodológica do Serviço Social.

A referida autora assevera ainda que são inegáveis os avanços quanto ao tratamento oferecido à dimensão técnico-operativa do Serviço Social através das influências oriundas da intenção de ruptura. Contudo, a autora destaca que,

O movimento de ruptura pôs em xeque, portanto, o “tecnicismo”, mas pode ter incorrido numa atitude oposta: a negligência de uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social dentro dessa nova direção da profissão (SANTOS, 2006, p. 56).

É a partir dos avanços registrados após a renovação do Serviço Social que a dimensão técnico-operativa da profissão passa a ser tomada como objeto de análise – sobretudo por Sarmiento (1994); Guerra (2014b) e Trindade (1999), Santos (2006) –, configurando-se como um momento em que os autores empreendem esforços em desenvolver densas pesquisas que tomem essa dimensão da profissão a partir de uma perspectiva crítica, o que repercute tanto no âmbito da formação quanto da prática profissional dos Assistentes Sociais nos seus espaços de intervenção.

Importa salientar que a “maioridade intelectual” do Serviço Social brasileiro é legatária do processo de renovação da profissão decorrem dos esforços da vanguarda profissional, especialmente aqueles que se dedicavam a produção do conhecimento sobre a profissão em se aproximar dos clássicos de Marx, na busca por reconstruir teoricamente a historicidade da profissão, agora, inserida no âmbito das relações sociais, além do empenho de desfazer os “emaranhados” provocados pela “aproximação enviesada”.

A reconfiguração das análises desenvolvidas a partir da vertente histórico-crítica visa romper com o tecnicismo imperante nas produções acerca dos instrumentos e técnicas para o Serviço Social a partir do amadurecimento do processo de renovação da profissão. Contudo, é importante mencionar que estes avanços coexistam com os limites próprios do processo de amadurecimento da profissão, visto que uma apreensão crítica da dimensão técnico-operativa não pressupõe, de imediato, uma prática profissional que materialize esta criticidade.

Nesse sentido, o amadurecimento das discussões relacionadas à dimensão técnico-operativa do Serviço Social é legatário dos avanços teórico-metodológicos constituídos pela categoria profissional no cenário que se processa por intermédio da renovação da profissão no país. Tal fato resulta na construção de um novo projeto para a profissão, passando pela orientação da vertente crítica da qual o Serviço Social passa a se alimentar a partir de então. Como afirma Netto,

A década de oitenta consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que – graças aos esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente (NETTO, 1996, p.111).

Como dissertamos anteriormente, a crítica às bases conservadoras da profissão e a natureza própria da sociabilidade capitalista foi influenciada a partir de um movimento contestatório que buscou fazer frente ao cenário repressivo, instaurado pela autocracia burguesa (1964-1985), no sentido de constituir e consolidar, no Brasil, uma postura político-democrática.

Mesmo diante dos evidentes esforços em consolidar o processo de renovação desenvolvido na profissão, a conjuntura sociopolítica e econômica, de caráter contrarrevolucionário, que se delineia já na entrada da década de 1990, configura um tensionamento aos ganhos obtidos na década anterior, a partir da redemocratização do país e da ampliação dos direitos expressas na Constituição Federal de 1988.

Contudo, tais dificuldades não são capazes de inviabilizar o movimento dialético desse processo, pois dada a contraditoriedade que lhe é constitutivo, colocam-se na realidade não somente entraves a sua consolidação, mas, também, abrem-se possibilidades de ampliação de espaços importantes tanto para a sociedade quanto para a profissão.

Como um dos avanços conquistados pela profissão, o processo de renovação conduz a formalização de um Projeto Ético-Político¹⁹ que propiciou um profundo debate no interior da categoria profissional e hoje está materializado através da Lei que Regulamenta a Profissão do Serviço Social (Lei N° 8662/1993), do Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares de 1996.

Ao longo de toda a década de 1990 o Serviço Social vem buscando amadurecer o seu projeto ético-político, assumindo os princípios de defesa da liberdade, tendo a ética como valor central, além de posicionar-se na defesa dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora (CFESS, 1997).

Guerra (2015) destaca que o projeto ético-político do Serviço Social surge a partir de um confronto da categoria profissional com as bases conservadoras que marcavam tanto as concepções quanto as práticas profissionais, confronto este constituído a partir do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e, mais precisamente, por intermédio da intenção de ruptura.

Trata-se de um projeto profissional que busca demonstrar que a intervenção profissional não se realiza isenta de intencionalidades, mas que, na verdade, ela é dotada de uma capacidade teleológica, a qual lhe permite perceber a realidade concreta na qual está inscrita, bem como os meios necessários para sua transformação, além de reconhecer as possibilidades e limites históricos que permitem que os resultados avancem em maior e/ou menor grau²⁰.

A partir das influências do referido projeto ético-político do Serviço Social, mais precisamente no âmbito da formação profissional, tem-se a necessidade de que se mantenha

¹⁹ Segundo Netto (2015) um projeto de profissão, articulado pelo conjunto da categoria profissional, que expressa em suas estruturas dinâmicas, apresenta [...] a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas ou públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009, p. 144).

²⁰ Cabe salientar que a Revisão Curricular do Serviço Social ocorrida entre os anos de 1982 e 1983, bem como a construção do Código Ética Profissional de 1986, foram diretamente influenciados pelo amadurecimento dos ideais incorporados pelo projeto ético-político do Serviço Social. Amadurecimento esse que se consolida nos anos de 1990, corroborando para a constituição tanto de uma nova revisão curricular, quanto do atual código de ética (GUERRA, 2015).

em consonância com a direção crítica que vinha se consolidando no meio profissional. Dessa forma,

O perfil profissional, capaz de realizar essa direção social, foi tratado como uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõe o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-política (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 143).

Cumpra aqui ressaltar o significativo avanço no tocante à compreensão do que se constitui por competência profissional, que assume a direção de superar a vinculação da competência profissional exclusivamente relacionada à sua capacidade técnica, por meio do desenvolvimento de respostas instrumentais às demandas que se apresentavam no cotidiano da intervenção profissional.

A competência profissional, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, passa a ser apreendida como sendo um resultado da articulação entre as capacidades teórica, investigativa e técnica do profissional. Nessa perspectiva, a capacidade teórica se expressa no sentido de estabelecer as mediações entre a realidade social em sua totalidade e aquelas situações concretas vivenciadas no seu cotidiano de intervenção profissional; a capacidade investigativa objetiva conhecer os elementos constitutivos desta realidade cotidiana, por intermédio de estudos e pesquisa, realizando o levantamento necessário ao embasamento da intervenção; e a capacidade técnica refere-se ao manejo dos instrumentos e técnicas profissionais, os quais potencializam a intervenção (LEWGOY, 2010).

Registra-se, no cenário atual, a tentativa de superar tanto o “tecnicismo” que reproduz a perspectiva de prevalência de uma prática profissional revestida de neutralidade, que relega a teoria uma posição subserviente; quanto o “teoricismo”, donde se observa um superdimensionamento da teoria em detrimento da prática. O tecnicismo e o teoricismo, segundo Santos (2006) estão vinculados a uma concepção pragmática sobre a relação teoria e método, uma vez que à teoria é atribuída a obrigação de transformar-se imediatamente em ações práticas.

Forti e Guerra (2013) asseveram que a concepção pragmática acerca da posição da teoria para a profissão corrobora para a defesa de que existe um fosso entre o conhecimento

teórico e sua capacidade de materializar-se no cotidiano da prática. As referidas autoras indicam que a defesa de tal ideia deriva de uma

[...] concepção de que a teoria tem a possibilidade de ser implantada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões. Em outros termos, é a ideia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis na realidade, produzindo imediatamente o efeito ou produto previsto e/ou desejado. É como se a validade da teoria repousasse na dócil submissão à necessidade de respostas práticas imediatas para os problemas (FORTI; GUERRA, 2013, p. 5).

As tendências ao tecnicismo e ao teoricismo somente são redimensionadas sob a orientação do novo projeto profissional que amplia na perspectiva de competência profissional, relacionando-a a unidade entre as múltiplas dimensões da profissão, a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa (SANTOS, 2013a; ABESS/CEDEPSS, 1996).

O amadurecimento do debate da formação e do trabalho profissional inclui conceber o Serviço Social a partir da composição de diferentes dimensões, que resguardam elementos que lhes são peculiares. Cumpre esclarecer que Santos (2013b) define “dimensão” como sendo as

[...] propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Em nosso caso, nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação (SANTOS, 2013b, p. 25).

Santos (2013b) acrescenta que no caso particular do Serviço Social, os profissionais estão orientados por concepções teóricas de análise da realidade social, bem como por direcionamentos éticos e políticos, que vão se revelar no caráter técnico da profissão, expressando-se em todo o processo de construção de suas respostas, viabilizadas por meio dos instrumentos que facilitam a ação.

A dimensão teórico-metodológica da profissão expressa o referencial necessário para a apreensão da realidade social, do modo como os processos sociais se desenvolvem a partir da dinâmica da sociabilidade capitalista, além de ser uma dimensão que propicia a compreensão do significado social da profissão nas relações sociais. Sarmiento (2013b, p. 22) destaca que uma fundamentação teórico-metodológica

[...] diz respeito ao modo de ler, de interpretar e de se relacionar com o indivíduo social, com a sociedade presente que, é uma relação entre o sujeito cognoscente (que está buscando compreender e desvendar esta sociedade) e o objeto investigado (que ao ser compreendido é passível de ações que podem transformá-lo).

Essa dimensão, segundo Guerra (2013b), fornece ainda os subsídios para que os profissionais superem qualquer visão unilateral em relação aos limites e as possibilidades do seu exercício profissional, como sendo algo inerente à profissão, pois que a mesma encontra-se inserida em relações sociais contraditórias, as quais independem de uma capacidade individual dos profissionais.

Segundo Lewgoy (2010, p. 155)

O rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária permitem atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão. É a capacidade crítico-analítica que possibilita a definição de objetivos de ação e suas particularidades socioinstitucionais, para a elaboração de estratégias de intervenção comprometidas com os propósitos ético-políticos do projeto profissional.

Nesse debate também se inclui a dimensão ético-política, que segundo Santos (2013b) está relacionada à projeção de valores e finalidades da profissão e dos profissionais, vinculando-se, nesse sentido, a questão da relação entre meios e fins. Essa dimensão é também responsável por desmistificar a falácia da “neutralidade” da ação profissional, concepção esta que é marca do Serviço Social tradicional, com reverberações para o exercício profissional na atualidade (GUERRA, 2013b).

Compondo o tripé dessas dimensões temos, ainda, a dimensão técnico-operativa, objeto central de nosso debate. Essa dimensão se apresenta enquanto uma mediação necessária à intervenção profissional dos Assistentes Sociais, visto que ela materializa por meio dos instrumentos e técnicas as objetivações profissionais, revelando o caráter técnico do

Serviço Social. Tal caráter não pode ser reduzido ao pretensão tecnicismo, visto que a dimensão técnico-operativa encontra-se intrinsecamente vinculada com as dimensões teórico-metodológica e ético-política (GUERRA, 2014b; SANTOS, 2006).

Conforme Miotto e Nogueira (2009) a ação profissional é construída a partir de um processo que envolve a capacidade de planejar e executar as intervenções. Dessa maneira, a ação profissional é constituída pela mediação do movimento das dimensões que compõe o Serviço Social. Assim sendo, a ação profissional é entendida como um

Conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a determinada profissão e realizada por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente. Portanto, contém tanto uma dimensão operativa quando uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação dos profissionais quanto fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais [Miotto, 2001 apud Lima, 2004] (MIOTTO; NOGUEIRA, 2009, p. 281).

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social vem sendo discutida no âmbito da produção do conhecimento da profissão. Algumas análises desenvolvidas na década de 1990 e nos anos 2000 se apresentam enquanto referências teórico-conceituais para a apreensão dessa dimensão a partir de uma perspectiva crítica, que se encontra alinhada aos princípios presentes do projeto ético-político da profissão, incluindo-se aos parâmetros teórico-metodológicos indicados nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Nesse sentido, a instrumentalidade da prática profissional inaugurou a apropriação acerca dos instrumentos e técnicas do Serviço Social a partir da vertente histórico-crítica. No entanto, tem sido, ainda na atualidade, uma discussão que é perpassada por significativos entraves, tais como a incompreensão quanto à relação teoria e prática, reproduzida tanto no âmbito da formação quanto da prática profissional, a qual é, muitas vezes, mal compreendida por segmentos da categoria profissional, o que incide sobre a abordagem da dimensão técnico-operativa da profissão, a este respeito que nos deteremos no item em sequência.

3.2 A relação teoria e prática no Serviço Social: uma tensão recorrente no âmbito do debate da dimensão técnico-operativa

O debate travado no tocante à relação teoria e prática no âmbito do Serviço Social é imprescindível para estabelecer as mediações que se processam em termos teórico-práticos para uma profissão de caráter eminentemente interventivo, como é o caso da nossa profissão. Subsiste dentro da cultura profissional um chavão de que “na prática a teoria é outra”, o qual é reproduzido por uma parcela expressiva dos Assistentes Sociais e de estudantes de graduação, tanto nos espaços de formação profissional quanto nos espaços sócio-ocupacionais.

O referido chavão revela um dos entraves mais significativos em se tratando de todo o conjunto de elementos que compõe o modo de ser do Serviço Social, mas, sobretudo, incide sobre sua dimensão técnico-operativa de maneira muito particular, tendendo a despi-la de toda a complexidade que lhe é própria.

Como discutimos, o amadurecimento vivenciado na produção teórica do Serviço Social na década de 1990 culminou em análises relacionadas à apreensão da dimensão técnico-operativa fundamentadas em uma vertente crítica, refletindo no âmbito da formação profissional numa ampla revisão curricular, que se materializou nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Particularmente para a dimensão técnico-operativa da profissão, esse processo implicou num duplo avanço: de um lado, temos a contestação do “tecnicismo”, hegemônico no período de emergência e consolidação do Serviço Social brasileiro e, por outro, do “teoricismo” que pode ser identificado ao longo do movimento de renovação da profissão, quando se buscava romper com o caráter tecnicista (SANTOS, 2006).

A partir dessas referências é que se registram os esforços em constituir, no conjunto da categoria, a compreensão de que o Serviço Social é uma profissão que resulta do movimento de suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de maneira indissociável, cumprindo destacar que cada uma destas mantém características particulares que não se anulam nesse movimento de unidade.

Entretanto, é importante ressaltar dois aspectos que são pertinentes ao debate da relação teoria e prática que refletem em seus aspectos prático-interventivos.

O primeiro aspecto se refere à configuração própria da sociedade capitalista, que nega a relação indissociável existente entre a teoria e a prática; e o segundo aspecto revela como os ranços, especialmente, do caráter tecnicista presentes no “Serviço Social tradicional” influenciam, ainda na contemporaneidade, para a apreensão fragmentada que parte dos profissionais têm acerca das particularidades assumidas por cada dimensão no movimento de ser da profissão. Neste sentido, as determinações sócio-históricas da sociabilidade capitalista e a cultura profissional subsidiam o complexo debate da unidade teoria e prática que atravessa a profissão.

A lógica do debate é conduzida pelo reconhecimento de que as exigências de acumulação estão embasadas na generalização da razão instrumental, sendo uma forma histórica que expõe a configuração particular e necessária das mediações que se estabelecem entre a ciência e a técnica no âmbito da divisão social do trabalho que, operadas pela atividade humana, estendem-se a toda a vida social.

Assim sendo, o grau de desenvolvimento nesta sociedade registrado altera significativamente, embora não visceralmente, o nível e a configuração da divisão social do trabalho coletivo e, por conseguinte, altera também as formas de saber e de fazer que são responsáveis por materializar a reprodução social deste sistema (GUERRA, 2014b). Dessa maneira,

O mesmo processo pelo qual a divisão social do trabalho põe a necessidade das especializações e, com ela, as ciências e/ou disciplinas particulares, o desenvolvimento das forças produtivas determina a institucionalização de práticas profissionais que exerçam funções de apoio a administração científica do trabalho, na “contenção de conflitos” que se agudizam ou na “promoção de integração” do trabalhador às inovações tecnológicas provenientes da aplicação da ciência e da técnica que, no capitalismo monopolista, convertem-se em forças produtivas (GUERRA, 2014b, p. 225).

Há, portanto, uma recondução do caráter científico e técnico, os quais, sendo submetidos à lógica da acumulação capitalista, expressam um tipo de racionalidade historicamente determinada pela necessária manutenção do sistema, atingindo não somente o processo de trabalho, mas, também todo o conjunto da vida social. Ou seja,

O pensamento tecnológico, que tem na sua base as transformações materiais do processo de produção, “não é apenas um instrumento, mas antes de tudo uma forma concreta de existência, uma atitude diante da realidade, o que significa que a realidade se manifesta a essa consciência de um modo determinado” [Oliveira, 1989, p. 80] (GUERRA, 2014b, p. 224).

Segundo Guerra (2014b), o superdimensionamento do caráter instrumental, que é validado pelo pensamento racionalista formal, legitima o discurso de negação da unidade entre a teoria e a prática.

Para o âmbito do Serviço Social que, enquanto profissão eminentemente interventiva, tem nos instrumentos e técnicas meios viabilizadores da construção de suas respostas profissionais, há uma tendência crescente à valorização deste instrumental técnico-operativo em detrimento dos aspectos teóricos e ético-políticos. Assim, para a profissão, estas são questões especialmente problemáticas, em virtude do

[...] modo específico pelo qual se dá a inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho. Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes. A isto combina-se o elenco de disciplinas que se dedicam aos fatos da realidade empírica, que lhe fornecem o quadro referencial teórico eclético, segregado em informações parciais, fragmentadas e generalizantes (GUERRA, 2014b, p. 231).

Deste universo problemático é que derivam os elementos que configuram a compreensão de que “na prática a teoria é outra” e, portanto, da pretensa cisão entre a teoria e a prática no âmbito da profissão, revelando um dos componentes mais polêmicos no que se refere à dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Forti e Guerra (2013) destacam que a defesa, por parte de uma parcela da categoria, no que se refere à inexistência de unidade na relação teoria e prática, propicia a reprodução de concepções pragmáticas, no âmbito da profissão. Trata-se de uma concepção de prática que “implica não mais uma atividade útil, mas também utilitária em seu sentido mais estrito e sórdido” (VÁZQUES apud FORTI; GUERRA, 2013, p. 05).

Ainda conforme Forti e Guerra (2013), a concepção de que há uma cisão na relação teoria e prática se constitui enquanto um falso dilema que perpassa tanto a formação quanto o exercício profissional dos assistentes sociais. Ou seja,

[...] o falso dilema a que nos referimos é a concepção da relação entre a teoria e a prática que parte da premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade. Em outras palavras, “[...] para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, entendida esta como eficácia ou êxito da ação do homem, concebida esta última, por sua vez, como ação subjetiva, individual e não como atividade material, objetiva, transformadora [VÁZQUES, 2007, p. 242] (FORTI; GUERRA, 2013, p. 05-06).

A argumentação das autoras aponta para uma significativa distorção quanto ao que é a teoria e qual a sua função no âmbito do Serviço Social por parte dos que defendem a existência da cisão entre a teoria e a prática.

Segundo Santos (2013a, p. 13) a problemática que envolve o direcionamento da apropriação e operacionalização dos instrumentos e técnicas no Serviço Social resultam de uma “[...] compreensão inadequada sobre a teoria e a prática no materialismo histórico-dialético, rebatendo, igualmente, em uma visão inadequada das dimensões da intervenção profissional [...]”.

A autora esclarece que esta incompreensão evidencia três equívocos. O primeiro dá conta da compreensão de que “teoria se transforma em prática” e que, portanto, não há correspondência entre a teoria e a prática; o segundo se fundamenta no entendimento de que a “prática fala por si só”, o que expõe uma supervalorização da prática em detrimento do saber teórico; e, por último, é a afirmação amplamente disseminada entre os Assistentes Sociais, de que “a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação”.

A incompreensão colocada em questão expõe que as mediações próprias da relação teoria e prática que perpassam a intervenção profissional no Serviço Social são subsumidas ao utilitarismo pragmático e à supervalorização dos instrumentos e das técnicas. Estes assumem no entendimento profissional centralidade, colocando-se como meio exclusivo de alcance das respostas a serem constituídas às demandas postas no âmbito profissional.

Dessa forma, qual o real sentido da relação teoria e prática, em se tratando de suas determinações para o universo complexo que compõe o pensar e o fazer do Serviço Social, em função de seu caráter eminentemente (mas não somente) técnico? Santos (2013a, p. 27) esclarece que

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto; e a prática é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir, pelo pensamento, a totalidade, é a expressão do universal, ao mesmo tempo que culmina no singular e no universal. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente.

Seguindo essa reflexão, a teoria propicia o conhecimento da realidade concreta, conhecimento este que permite ao ser social, enquanto sujeito da história dos homens, construir as possibilidades de transformação dessa realidade, constituídas a partir da prática social (VÁZQUEZ, 1968). Marx (2008, p. 258) destaca acerca do processo de conhecimento da realidade que

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida [...].

Nesse sentido, ressalta-se a capacidade humana para o conhecimento da realidade, e o fato de que este processo de conhecimento parte da própria realidade, sendo ela apropriada pelo sujeito e maturada no nível de sua consciência. Esse conhecimento maturado sobre a realidade se apresenta na forma de teoria. Mas, a teoria não tem por finalidade apenas subsidiar o conhecimento da realidade, ela é, também, um meio de conhecimento para a transformação.

Ademais, no âmbito particular do Serviço Social, esta é uma relação que precisa estar bem clara, para que não se confunda teoria com modelos a serem transpostos a realidade, tampouco prática social com prática profissional.

Com efeito,

No caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – assistente social – apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições. Nesse sentido, [...] o Serviço Social, ao necessitar conhecer seus objetos de ação e compreender as demandas de seus serviços, encontram, na Teoria Social de Marx, os pressupostos e o método para conhecer a realidade que está posta pela prática social, buscando sua essência (SANTOS, 2013a, p. 28).

Tem-se aqui a compreensão de dissociabilidade entre as dimensões constitutivas da profissão e, conforme destaca Santos (2013a), em função da negligência quanto ao “como fazer”, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, ainda se registra na profissão uma supervalorização do saber teórico em detrimento dos aspectos teóricos e ético-políticos, próprios e necessários a um fazer profissional crítico. Este aspecto, somado a incompreensão do espaço que a teoria ocupa no fazer profissional, gera uma negação por parte dos Assistentes Sociais do saber teórico nos espaços de inserção sócio-ocupacional.

Uma vez que os profissionais não identificam na singularidade de seus espaços de inserção as determinações macrossociais da sociedade estudadas no processo de formação acadêmico-profissional, há uma tendência à negação do conhecimento teórico e a defesa de que a prática profissional se desenvolve sem vinculação direta com a teoria.

Partindo desta compreensão, há que se ter clareza de que

[...] as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e investigativa se interpõem e se articulam estreitamente à dimensão técnico-instrumental, já que a realização desta exige o conhecimento mais correto possível das finalidades, dos resultados, das condições objetivas sobre as quais a ação incide, dos meios e das possibilidades de realização e dos valores a eles subjacentes. Portanto, o conhecimento advém da análise da realidade e, por isso, tanto precede quanto acompanha a intervenção. Nesta concepção, o conhecimento não se constitui em receituário da prática profissional, e tampouco esta pode se confundir com a realidade social ou com um conjunto de atividades empíricas (GUERRA, 2013b, p. 63).

Assim sendo, fica claro que ainda se faz necessário aprofundar o debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, no sentido de esclarecer os elementos que compõem a relação teoria e prática para a profissão. Com isso, há um incentivo a apreender os

limites da prática profissional do Serviço Social na estrutura que lhe requisita, mas, também, as suas possibilidades efetivas. Portanto,

Aqui, a relação teoria e prática como unidade do diverso, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) a serem utilizados pelo profissional e das mediações que ele deverá acionar na sua intervenção, se dará em função das condições objetivas e das suas finalidades e os instrumentos, técnicas e estratégias que serão estabelecidas no interior do projeto profissional, o que exige uma formação profissional qualificada (GUERRA, 2013b, p. 63).

Tal formação deverá ser capaz de fornecer os elementos que compõe o universo teórico-prático do Serviço Social, buscando fazer frente à reprodução destes equívocos. Isso porque a formação deve propiciar uma sólida capacitação teórica-metodológica enquanto visão de mundo; ético-política, destacando a intencionalidade e as finalidades do fazer profissional; e, técnico-operativa, que expressa a forma de aparecer da profissão na construção das respostas profissionais, mas, tendo a clareza que tais respostas não se esgotam nos instrumentos e nas técnicas.

Nesse sentido, é possível identificar que o processo de renovação do Serviço Social e interlocução com o marxismo propiciou avanços significativos no âmbito da produção do conhecimento na profissão. A perspectiva de abordagem da dimensão técnico-operativa na atualidade deriva do amadurecimento alcançado enquanto legado deste processo. Tal fato incidiu sobre a apreensão dos instrumentos e técnicas profissionais, lançando no debate desenvolvido no interior da profissão a apropriação desta discussão vinculada a abordagem da instrumentalidade da prática profissional e a relação existente entre a teoria e a prática.

Como resultado desse amadurecimento, tem-se constituído na profissão, entre as décadas de 1990 até a atualidade, algumas produções que abordam a dimensão técnico-operativa do Serviço Social em sua relação indissociável com as demais dimensões da profissão e não mais reduzida à questão dos instrumentos e técnicas.

3.3 O debate contemporâneo sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social: principais produções registradas após a renovação da profissão

A renovação do Serviço Social implicou em uma redefinição dos parâmetros teórico-metodológicos e ético-políticos que embasavam a formação e a prática profissional. Essa redefinição colocou na ordem do dia, já na entrada dos anos de 1980 e, especialmente, em toda a década de 1990, a necessidade de se constituir um denso processo de construção do conhecimento que fosse condizente com a perspectiva histórico-crítica assumida pela profissão. Tal processo ocorreu por meio da realização de relevantes pesquisas desenvolvidas no âmbito da consolidada Pós-Graduação em Serviço Social do nosso país.

A construção do conhecimento no âmbito da profissão registrou um significativo avanço ao analisar a realidade social brasileira em suas particularidades, a partir da perspectiva da teoria social crítica, além de aprofundar o debate acerca da natureza e significado da profissão nessa forma de sociedade, incorporando questões relativas aos seus aspectos teórico-práticos. Tal fato repercute, indiscutivelmente, para a reconfiguração e o aprofundamento das pesquisas relacionadas à dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Podemos destacar alguns estudos sobre dimensão técnico-operativa que foram tomados como referência para o debate que aqui propomos, destacando-se as análises de: Hélder Boska Sarmiento, que em 1994 abordou os instrumentos e técnicas em sua dissertação de Mestrado; o de Yolanda Guerra, que analisou a instrumentalidade do Serviço Social, publicando em livro os resultados de sua dissertação de Mestrado, com a primeira edição em 1995; Rosa Lúcia Prêdes Trindade, que investigou, em sua tese de Doutorado, defendida em 1999, o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social; e, por último, Cláudia Mônica dos Santos, que estudou os dilemas referentes aos instrumentos e técnicas no Serviço Social na formação profissional em sua tese de Doutorado, defendida em 2006, posteriormente, também publicada de forma parcial em livro.

Importa salientar que tais estudos foram realizados no âmbito da Pós-Graduação, estando comprometidos com o referencial teórico crítico assumido hegemonicamente pelas unidades de formação profissional em Serviço Social. Tal fato imprimiu maturidade ao debate relativo à particularidade da dimensão técnico-operativa da profissão, contribuindo para

significativos avanços, tanto no nível da formação profissional quanto da prática cotidiana dos Assistentes Sociais.

O estudo de Sarmiento (1994) destaca que, ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, esta profissão tem empreendido esforços de romper com a prevalência da prática sobre a teoria, característica esta que marca a profissão no quadro histórico no período de sua emergência e consolidação no Brasil. O referido autor esclarece que

Sendo o Serviço Social uma disciplina de intervenção na realidade social, seu conhecimento é voltado fundamentalmente a sua operacionalização. A prática profissional processa uma constante organização e reorganização de conhecimentos na imediata transformação para sua ação (SARMENTO, 1994, p. 238).

A assertiva do autor explicita o caráter técnico do Serviço Social frente à característica eminentemente interventiva da profissão, o que demanda da formação profissional a abordagem de conteúdos que corroborem a intervenção qualificada na realidade social.

Nesse sentido, tal assertiva não pode ser compreendida como uma redução da relação teórico-prática no Serviço Social a um pretense utilitarismo do conhecimento teórico, em que há uma transposição imediata à prática. Ao contrário, Sarmiento (1994) deixa claro que as mediações entre o nível ideal e a prática ficam a cargo da ação do sujeito e que, para se materializar, necessita de instrumentos e técnicas. Nesse sentido, para o referido autor,

[...] os instrumentos se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação e, as técnicas, se constituem nas maneiras através das quais ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades (SARMENTO, 2013a, p. 118).

A problematização construída por Sarmiento (2013a) busca rediscutir a questão dos instrumentos e técnicas no Serviço Social, visto que, em sua análise, o autor rompe com a abordagem tradicional em relação aos instrumentos e técnicas, abordando-os a partir da vertente histórico-crítica. Ele destaca que a intervenção profissional dos Assistentes Sociais é intermediada por instrumentos que a potencializam, enquanto a técnica manifesta a intencionalidade da ação, registrando o seu caráter político e, portanto, desprovido de neutralidade. Expressa, assim, a direção assumida pela profissão e/ou pelo profissional.

Outro estudo que destacamos no aprofundamento dessa temática é o de Guerra (2014b), que aborda a instrumentalidade do Serviço Social. A problematização da autora revela a racionalidade predominante no âmbito do exercício profissional dos Assistentes Sociais, bem como destaca a racionalidade necessária à qualificação da intervenção profissional àquelas abordagens que busquem romper com a perspectiva de naturalização da realidade social. Seu argumento parte do pressuposto de que a racionalidade formal-abstrata atravessa a cultura profissional, tendendo a empobrecer tanto a formação quanto a prática profissional.

A racionalidade formal-abstrata dispõe de hegemonia no modelo de sociabilidade capitalista e que, estando fundamentada nas teorias positivistas, é responsável pela manutenção da apreensão do real no nível da aparência, da “pseudoconcreticidade” (GUERRA, 2013a, KOSÍK, 1976), requisitando procedimentos modelares para sua intervenção. Dessa maneira,

[...] por tal racionalidade não nos é permitido perceber e criticar as determinações da sociedade burguesa que colocam as necessidades de instituir para a profissão um espaço na divisão social e técnica do trabalho, atribuindo-lhe uma instrumentalidade como tecnologia de controle social a serviço da lógica capitalista e do desenvolvimento burguês (GUERRA, 2013a, p. 187).

Nesse sentido, Guerra (2014b) argumenta que esta racionalidade requisita, portanto, um perfil profissional que mantenha sua atuação atrelada à razão instrumental. Ou seja, demanda um profissional que busque teorias que orientem, de maneira imediata, a sua intervenção nas demandas, sendo capazes de promover respostas imediatistas e restritas, visto que “[...] as finalidades profissionais e seus valores são manifestos secundariamente em face dos procedimentos técnico-instrumentais”.

Para Guerra (2014b, p. 34) os instrumentos são “[...] os elementos postos na relação entre o Assistente Social e os usuários, na perspectiva de efetivar respostas planejadas e projetadas pelo profissional”. Nessa compreensão, os instrumentos e técnicas constituem-se enquanto elementos fundamentais que viabilizam a materialização dos objetivos profissionais no momento de intervenção.

Na análise da dimensão técnico-operativa, Guerra (2013b) a descreve como sendo a “forma de aparecer da profissão”, a dimensão que dá visibilidade social à profissão por meio das respostas que são por ela construídas. Ela afirma que

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o Assistente Social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o Assistente Social articula o conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura (GUERRA, 2013b, p. 48).

Trata-se, nos termos da autora, de uma dimensão complexa que incorpora não somente os instrumentos e as técnicas utilizadas pelos profissionais, mas, também, os valores éticos e os posicionamentos teóricos e políticos, os quais expressam a direção social estratégica assumida pela profissão que ganha materialidade na intervenção dos profissionais.

Segundo Guerra (2014b) para a construção de uma instrumentalidade profissional vinculada a uma perspectiva crítico-dialética, há que se ter a teoria como fio condutor dos valores e princípios assumidos pelo projeto ético-político da profissão, os quais irão determinar a escolha dos instrumentos e das técnicas, de maneira intencional, demonstrando a capacidade de criar os meios para alcançar os objetivos pretendidos.

A autora destaca, ainda, que a instrumentalidade profissional, não restringe a intervenção profissional ao caráter técnico-instrumental que questiona o “como fazer” e “com que meios” fazer; ela atrela estes questionamentos ao “por que”, “para que”, “quando” e “onde fazer”, revelando a vinculação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e sem reduzir ou superestimar a dimensão técnico-operativa.

Ainda compondo esse debate da dimensão técnico-operativa, podemos destacar os estudos de Trindade (1999) que buscou, por meio de sua análise, desvendar o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Para tanto realiza um denso levantamento de dados acerca das configurações assumidas pelo instrumental técnico-operativo ao longo do desenvolvimento histórico da profissão. Nos termos da referida autora, no

Período inicial do Serviço Social no Brasil, o seu componente técnico-operativo é montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às

tradicionalis formas de assistência, aliado as orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica. [Além disso] [...] naquele período, já se disseminava o pensamento racionalista-moralizador, impulsionado pelo desenvolvimento das Ciências Sociais (notadamente da Sociologia). Trata-se de um pensamento que incorpora a razão técnica – tão cara ao capitalismo monopolista – ao âmbito do conhecimento e a intervenção nas questões relativas às relações sociais (TRINDADE, 1999, p. 111 – 112).

Trindade (1999) faz referência ao “componente técnico-operativo²¹” quando se refere ao arsenal de instrumentos que são mobilizados pelos profissionais nos marcos de um referencial teórico-metodológico que tende a obscurecer as determinações e as contradições que compõe a realidade social.

A referida autora somente faz referência ao “instrumental técnico-operativo” quando se registra o esforço no debate desenvolvido pela profissão para que a questão dos instrumentos e técnicas passe a ser apreendida partir de uma perspectiva histórica. Nessa perspectiva, a questão dos instrumentos e técnicas transita de uma abordagem limitada ao aspecto meramente instrumental e passa a ser entendida

[...] como um conjunto articulado e construído historicamente, não sendo, apenas, a reunião de técnicas a serem aplicadas em qualquer circunstância. O instrumental se articula às finalidades da ação a ser desenvolvida e aos fatores políticos, sociais e institucionais [...] (TRINDADE, 1999, p. 85 – 86).

Aqui, a apreensão acerca dos instrumentos e técnicas rompe com aquela abordagem anteriormente entendida enquanto “componente”.

Nesse sentido, Trindade (1999) desenvolve sua análise através de uma abordagem fundamentada em uma perspectiva histórica, permitindo-lhe a apropriação desse instrumental enquanto uma particularidade da intervenção do profissional, a qual é apreendida como um produto histórico das relações sociais capitalistas, ou seja, a partir de uma concepção de totalidade social. A autora esclarece que

²¹ Identifica-se que Trindade (1999), ao longo de sua da exposição, faz uso de diferentes termos para se referir à dimensão técnico-operativa do Serviço Social no desenvolvimento histórico do Serviço Social. Estes termos acompanham a interpretação da autora quanto à análise dos instrumentos e técnicas, sendo, no período de emergência, profissionalização e consolidação do Serviço Social brasileiro, abordado enquanto componente técnico-operativo; no período que compreende o processo de renovação do Serviço Social, faz-se referência ao instrumental técnico-operativo do Serviço Social.

No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, [...] denominados de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre as ações e os instrumentos (TRINDADE, 2013, p. 76).

Assim sendo, a autora deixa claro que a escolha dos instrumentos e das técnicas a serem mobilizados pelos profissionais parte tanto da capacidade profissional proveniente do conhecimento adquiridos no âmbito da formação profissional, quanto das intencionalidades que expressam a direção social estratégica assumida pela profissão.

Finalizando a referência aos estudos sobre a dimensão técnico-operativa, destacamos as análises de Santos (2013a), que direciona suas reflexões para o âmbito da formação profissional do Serviço Social, problematizando os limites e as possibilidades da abordagem da discussão da dimensão técnico-operativa em seus elementos mais polêmicos.

A autora situa as três concepções da herança intelectual do Serviço Social em relação à concepção acerca dos instrumentos e técnicas. O primeiro se refere ao tecnicismo, que pressupõe a existência de uma relação direta entre a competência profissional e a competência técnica; a segunda diz respeito à valorização da perspectiva teórico-política, a partir da justificativa de que “um bom ensino teórico é suficiente para se apreender, distinguir e habilitar os estudantes a utilizarem os instrumentos e técnicas necessários à intervenção profissional” (SANTOS, 2013a, p. 53). Por último, Santos (2013a) problematiza o desenvolvimento da compreensão de unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa tendo em vista que, segundo ela, contraditoriamente, apesar da defesa dos profissionais acerca dessa unidade, estes não reconhecem o fato de que tais dimensões dispõem de características que lhes conformam uma identidade. Ou seja, apesar de manter a relação de unidade no processo de intervenção profissional, estas dimensões são dotadas de características particulares; elas não se confundem.

Santos (2013a) aponta, ainda, a necessidade de que se reflita acerca das reais contribuições da inserção da perspectiva de unidade entre as três dimensões da profissão no projeto de formação profissional e, conseqüentemente, nas diretrizes curriculares, pois a autora indica que não há um detalhamento dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa.

Isso traz para o debate a proposta básica do projeto de formação elaborado em meados da década de 1990, que já apontava a necessidade de um aprofundamento dessa questão, quando deixou explícito que

[...] a habilitação técnico-operativa do profissional tem sido um dos muitos reclamos feitos à formação profissional. É necessário atribuir maior importância às estratégias, táticas, e técnicas instrumentalizadoras da ação em estreita articulação com os avanços obtidos no campo teórico-metodológico e da pesquisa. Isso porque a justificativa da escolha do instrumental, das metas visadas, assim como a do conteúdo por eles veiculados, tanto depende dos resultados da análise da realidade como da intencionalidade e direção social imprimidas pelos sujeitos profissionais (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 153).

Contudo, segundo Santos (2013a), essa ainda é uma questão problemática no âmbito da formação profissional, pois enquanto as Diretrizes Curriculares do Serviço Social não evidenciarem o conteúdo que identifica a questão dos instrumentos e técnicas para as ementas – mesmo que minimamente –, ela permanecerá sendo abordada a partir do “discernimento pessoal de cada docente, podendo ficar, até mesmo, ausente” (SANTOS, 2013a, p. 08).

Em que pese às particularidades da produção os autores acima mencionados, é consensual entre eles a compreensão da relação indissociável entre as três dimensões do Serviço Social, sendo a dimensão técnico-operativa aquela que, em virtude da profissão ser eminentemente interventiva, revela uma das mediações fundamentais à construção das respostas da profissão.

Cumprе ressaltar que a aproximação com uma leitura crítica da realidade imprime à profissão uma nova concepção acerca do instrumental técnico-operativo da profissão, visto que, partindo

[...] de uma concepção que vê a realidade e os sujeitos sociais que a constituem e por ela são constituídos como unidades dialéticas, pressupõe uma nova forma de olhar, tratar e utilizar os instrumentais. Apesar de reconhecermos o Serviço Social como uma disciplina interventiva e, conseqüentemente, ser impossível negar a importância de um conjunto de estratégias que deem conta deste processo de intervenção, é preciso demarcar que **na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não ao instrumental em si** (PRATES, 2003, p. 01).

Daí o fato de a centralidade não residir nos instrumentos a serem utilizados para a construção de uma determinada resposta, mas, sim, na intencionalidade do sujeito que idealiza

previamente a resposta que pretende alcançar. Isso porque, para alcançá-la, o sujeito elenca os instrumentos mais adequados para que, intervindo na realidade, materialize sua intenção.

Dessa maneira, “na teoria social de Marx, toda forma de objetivação humana carece de meios, instrumentos e métodos específicos para se concretizar” (GUERRA, 2014b, p. 220). O desenvolvimento das relações sociais nos marcos da sociabilidade capitalista complexifica a divisão social e técnica do trabalho. Ou seja,

Se o processo de hominização realiza-se pela mediação dos instrumentos e estes determinam tanto o modo de operar quanto novas modalidades de ação dos homens, à medida que a relação entre homens e natureza se complexifica e se estende às relações sociais, a troca, ou o intercâmbio, passa a mediatizar as relações sociais (GUERRA, 2014b, p. 220-221).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que, sendo fruto de um período particular do desenvolvimento da sociedade capitalista, é diretamente influenciado pelas características e requisições inerentes as relações sociais por ele reproduzidas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Dessa maneira, a própria forma de inserção do Serviço Social nesta sociedade, sendo requisitado a atuar de maneira imediatista e fragmentada nas sequelas da “questão social” e, portanto, perpassada por um caráter eminentemente interventivo, corrobora para que se superdimensione o saber técnico em detrimento do saber teórico e ético-político. Tal fato se apresenta enquanto um óbice a uma apreensão crítica do significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.

Os avanços registrados sobre o debate da dimensão técnico-operativa no estudo desenvolvido por estes autores têm inspirado a renovação em torno desta discussão no âmbito da formação e da prática profissional do Serviço Social.

Contudo o debate desenvolvido pela categoria profissional ainda registra limitações tanto de ordem quantitativa, visto que poucos são os estudos que tomam esta dimensão enquanto objeto central, quanto de ordem qualitativa, uma vez que ainda se registram equívocos relacionados à apropriação dos elementos que perpassam a abordagem dessa dimensão da profissão. É nesse sentido que o presente estudo busca responder como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa.

CAPÍTULO IV - DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS DO DEBATE NOS PRINCIPAIS EVENTOS REALIZADOS PELO CONJUNTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

As reflexões desenvolvidas neste capítulo objetivam apresentar como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa, sendo este o direcionamento central que norteou o nosso processo investigativo. Tal configuração se apresenta, antes de tudo, como a construção de um panorama que demonstre o perfil das publicações relativas a este tema que são publicizadas nos eventos científicos realizado pela categoria profissional.

A sistematização aqui contida foi possível de ser construída a partir de um percurso de sucessivas aproximações ao objeto, configuradas por um levantamento bibliográfico, além do estudo das obras referentes ao tema da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, bem como de temas determinantes para apreendê-la em seu movimento real na profissão no cenário brasileiro.

Nesse sentido, a síntese da análise dos dados da pesquisa obtidos junto aos artigos publicados no CBAS e no ENPESS somente foi possível levando em consideração um percurso em que buscamos apreender o debate da dimensão técnico-operativa do Serviço Social inserido no contexto no qual se realiza o trabalho profissional, ou seja, identificando os determinantes que compõe o movimento da sociedade e tem incidido sobre o movimento da profissão. Além disso, observou-se como o processo de renovação da profissão implicou em alterações significativas tanto no modo de pensar a profissão quanto em suas formas cotidianas de intervenção profissional.

Assim, para a construção da presente síntese também foi necessário identificar o “terreno histórico” em que se processam as principais transformações societárias que, em suas características atuais, implicam em alterações significativas para o conjunto da sociedade, para o Estado e para o trabalho, reconfigurando as demandas e requisições à profissão, o que incide sobre as formas de pensar e de fazer da profissão.

Temáticas ainda complexas como é o caso do debate da instrumentalidade da prática profissional do Serviço Social e a discussão sobre a relação teoria e prática também subsidiaram a construção dos nossos parâmetros de análise, dada a sua influência direta na apreensão do objeto em questão. Lançamos mão, ainda, da busca por nos apropriarmos dos aspectos teórico-conceituais apresentados por autores que se debruçaram sobre a discussão da dimensão técnico-operativa da profissão, constituindo estudos de extrema relevância para a compreensão do tema.

Não obstante, nos próximos itens vamos expor uma descrição do percurso metodológico que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa, no que se refere às nossas aproximações ao tema, a coleta e a análise dos dados. Apresentaremos, por último, a síntese de todo o processo investigativo, donde destacaremos os aspectos mais relevantes quanto às contribuições do CBAS e do ENPESS para a construção de debates necessários à profissão e finalizaremos com a análise dos dados obtidos através da aproximação com os artigos que será posta em discussão a partir de toda a fundamentação teórica que foi aqui problematizada.

4.1 O percurso metodológico: uma aproximação necessária

Os resultados ora apresentados buscam responder como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa, sendo este o questionamento central que deu direcionamento a pesquisa. Partimos do pressuposto de que este debate permanece sendo secundarizado por parte da categoria profissional, o que corrobora para a continuidade dos equívocos registrados quanto a sua apropriação por parte dos profissionais.

Importa esclarecer que tomamos enquanto orientação teórico-metodológica o Método Crítico Dialético, por considerarmos a vertente investigativa capaz de propiciar uma aproximação com os reais elementos constitutivos do objeto, a partir do processo de apreensão das determinações que o compõe (MARX, 2008; 2009). Isso implica buscar apreender a dimensão técnico-operativa do Serviço Social enquanto constitutiva da profissão que participa do movimento histórico da sociedade que a requisita, a saber, o modo de vida capitalista em sua fase monopolista (NETTO, 2011).

Tomar o método como “caminho para o conhecimento”, significa compreendê-lo como o percurso realizado pela razão, percurso este através do qual se busca superar os obstáculos da aparência e identificar sua essência (TONET, 2013). O método pressupõe, portanto, apreender o objeto em sua processualidade, o que implica traçar os caminhos metodológicos a partir das sucessivas aproximações com o objeto.

Tal percurso nos permitiu compreender que a atual abordagem apresentada no debate do Serviço Social em relação a sua dimensão técnico-operativa não se constitui a partir de uma perspectiva endógena à profissão, já que essa dimensão é constitutiva e constituinte do processo de desenvolvimento histórico do Serviço Social, a partir do questionamento da profissão em relação aos seus elementos teórico-práticos, frente às contradições que se apresentam no cotidiano de intervenção profissional (GUERRA, 2014b; TRINDADE, 1999).

O processo de “aproximações sucessivas” ao objeto em questão foi alimentado pela construção de um “estado da arte” acerca da temática da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, processo através do qual nos apropriamos dos principais estudos publicados no âmbito da profissão sobre o tema. Nesse momento, já foi possível estabelecer alguns aspectos relacionados à relevância do estudo quanto à necessidade de se constituir pesquisas sobre esta dimensão do Serviço Social, uma vez que foi identificado um escasso acervo de obras relativo ao tema.

O aprofundamento em relação à temática propiciou a construção de uma revisão bibliográfica através da qual nos apropriamos do objeto em questão, sendo um momento imprescindível para estabelecer os parâmetros para tratamento analítico direcionado aos dados coletados na pesquisa.

Nesse sentido, a aproximação com o tema de pesquisa foi possível através do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que conforme Lima e Miotto (2007), é frequentemente utilizada quando a temática a ser analisada ainda é pouco estudada e, além disso, é uma modalidade de estudo que proporciona ao pesquisador um contato direto com as publicações que tratam do tema discutido (SÁ-SILVA, et al., 2009). Assim,

a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos,

enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela [OLIVEIRA, 2007] pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (SÁ-SILVA, et al., 2009, p. 69).

Para apreender as intenções do estudo selecionamos a produção bibliográfica publicada nos Anais dos eventos de maior expressividade para o Serviço Social brasileiro, a saber, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados nos últimos 10 (dez) anos, que compreende espaço temporal entre 2004 e 2014. Nesse período destacamos do CBAS²² os anos 2004; 2007; 2010 e 2013, e para o ENPESS²³, os anos 2004; 2006; 2008; 2010; 2012 e 2014. Ao todo foram incorporadas à pesquisa as publicações de 10 eventos.

Cabe destacar que a opção por esse período levou em consideração o processo de amadurecimento vivenciado pela profissão, sobretudo, em relação aos pressupostos básicos para a formação em Serviço Social, propiciado pela revisão e implementação das Diretrizes Curriculares de 1996.

O processo de seleção e análise dos artigos obedeceu, respectivamente, o seguinte percurso: a delimitação dos critérios para seleção dos artigos que iriam compor o estudo e a construção dos parâmetros de análise que norteou a apropriação do conteúdo dos artigos (conforme o Apêndice 1).

²² Segue a lista dos Anais pesquisados do CBAS, em que são destacados, respectivamente, evento, local, período e temática central do evento: 11° CBAS / Fortaleza – CE / 17 a 22 de outubro de 2004: O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos; 12° CBAS / Foz do Iguaçu – PR / 28 de outubro a 02 de novembro de 2007: Questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social; 13° CBAS / Brasília – DF / 31 de julho a 05 de agosto de 2010: Lutas sociais e exercício profissional no contexto de crise do capital: mediações e consolidação do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social; 14° CBAS / Águas de Lindóia – SP / 14 a 18 de outubro de 2013: Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social.

²³ Segue a sequência dos Anais pesquisados do ENPESS, em que são apresentados, respectivamente, evento, local, período e temática central do evento: 9° ENPESS / Porto Alegre – RS / 30 de novembro a 3 de dezembro de 2004: Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social; 10° ENPESS / Recife – PE / 3 a 8 de dezembro de 2006: Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil; 11° ENPESS / São Luís – MA / 1 a 6 de dezembro de 2008: Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios; 12° ENPESS / Rio de Janeiro – RJ / 6 a 10 de dezembro de 2010: Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?; 13° ENPESS / Juiz de Fora – MG / 5 a 9 de novembro de 2012: Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão; 14° ENPESS / Natal – RN / 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014: Lutas sociais e produção do conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital.

O primeiro momento estabeleceu como parâmetro de escolha os artigos que se encontravam no Eixo Temático “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, por ser o eixo que trata particularmente das discussões relacionadas aos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social, no qual se insere, prioritariamente, a abordagem da dimensão técnico-operativa da profissão. É importante esclarecer que os anais de eventos mais recentes tem uma estratificação dos títulos dos Eixos Temáticos diferenciada de alguns dos Anais mais antigos, apesar de tratarem do mesmo conteúdo.

Ainda nesse primeiro momento, seguimos o critério que selecionou os artigos, a partir da identificação do título, das palavras-chave e do resumo, dos quais identificamos os artigos que apresentavam relação com os objetivos estabelecidos para o estudo. Dessa forma, os artigos deveriam explicitar, enquanto temática central, a abordagem da dimensão técnico-operativa e seus elementos constitutivos, a saber, as discussões relacionadas aos instrumentos e técnicas e a instrumentalidade do Serviço Social.

Outro critério de seleção foi privilegiar: os artigos resultado de pesquisas concluídas, visto que apresentam uma síntese conclusiva das análises do tema; e os relatos de experiências, por revelarem a apreensão do tema estudado no cotidiano da intervenção profissional.

O mapeamento realizado junto aos Anais contabilizou um total de 56 (cinquenta e seis) artigos que abordavam a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, sendo 30 (trinta) artigos no ENPESS e 26 (vinte e seis) no CBAS. Desse total, 37 (trinta e sete) artigos não se adequaram aos critérios da pesquisa, por realizarem uma abordagem teórica, através da revisão de literatura, não sendo, portanto, analisados; ainda, outros, não desenvolviam a discussão dessa dimensão como temática central do artigo, ou por apresentar resultados parciais de pesquisas. Assim, um total de 19²⁴ (dezenove) artigos foi selecionado para a análise, pois atenderam aos critérios da pesquisa. Destes, oito (8) artigos foram do CBAS e 11 (onze) do ENPESS.

²⁴ A referência dos artigos analisados está disponível no Apêndice 2.

Concluída a etapa de seleção dos artigos, estabelecemos um roteiro de análise que permitiu apreender aspectos que elencamos enquanto prioritários para a identificação do conteúdo expresso nesses artigos.

No sentido de orientar esse processo de análise construímos um roteiro que privilegiou identificar:

- a) a relação da abordagem teórica da dimensão técnico-operativa vinculada ao aporte teórico-metodológico e das orientações ético-políticas, propostas nas Diretrizes Curriculares de 1996 para essa dimensão;
- b) a relação existente entre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social com a instrumentalidade da profissão.
- c) como tem se configurado a abordagem dos instrumentos e técnicas específicos, buscando compreender se os artigos desenvolvem sua abordagem vinculada à discussão da dimensão técnico-operativa da profissão;

Trata-se de um roteiro que levou em consideração os elementos que constituem a dimensão técnico-operativa da profissão, o que pressupõe relacionar a abordagem dos instrumentos e técnicas profissionais às dimensões teórico-metodológica e ético-política, bem como à instrumentalidade do Serviço Social, explicitando quais as tendências apresentadas por este debate.

Nessa sequência, foi possível esquematizar dois eixos de abordagem, em que: no primeiro identificamos os artigos que revelam a concepção de dimensão técnico-operativa norteadas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, contendo, portanto, uma abordagem histórico-crítica acerca dessa dimensão; e, no segundo, foram inseridos os artigos que apresentavam os instrumentos e as técnicas sem que se leve em consideração a existência de um aporte teórico-metodológico e ético-político que os direciona. Trata-se de uma compreensão diferenciada acerca da dimensão técnico-operativa, a qual foge à abordagem acerca da dimensão técnico-operativa da profissão a partir da vertente histórico-crítica de análise da profissão.

Cabe destacar que o sigilo quanto à autoria dos artigos será respeitado. A referência aos mesmos será feita a partir da indicação do evento de origem, seguida de um indicativo

numérico que foi estabelecido de modo aleatório, por exemplo, CBAS01, CBAS02, ENPESS01, ENPESS02, e assim sucessivamente.

Obtivemos através do aprofundamento teórico em relação à temática e dos resultados da pesquisa os elementos necessários para atender aos objetivos gerais e específicos do estudo, identificando como está configurado o debate do Serviço Social sobre a sua dimensão técnico-operativa. Sobre esta questão trataremos nos próximos itens.

4.2 O debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social nos eventos da profissão

4.2.1 O protagonismo do CBAS e do ENPESS para a história do Serviço Social

Os eventos profissionais se apresentam historicamente enquanto um importante canal de promoção das discussões que permeiam o movimento da profissão na sociedade brasileira, além de ser um espaço privilegiado de socialização do debate travado no seio da categoria frente às demandas colocadas à profissão.

O CBAS e o ENPESS são eventos consolidados no seio da categoria e organizados pelas suas entidades representativas. O CBAS é organizado através de uma parceria entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realizado a cada 3 (três) anos.

O ENPESS vem sendo realizado pela ABEPSS e suas instâncias regionais, também em parceria com as demais entidades representativas do Serviço Social, e ocorre a cada 2 (dois) anos. Essas entidades têm assumido a postura de fortalecer o projeto ético-político da profissão, possibilitando espaços de discussão e socialização dos temas pertinentes ao Serviço Social.

Importa salientar que a primeira edição do CBAS foi realizada em 1974, em meio a toda efervescência teórico-política propiciada pelo processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Nesta mesma década, ocorreram ainda, mais duas edições deste evento, merecendo destaque o III CBAS, ocorrido em 1979 que ficou conhecido como o Congresso da Virada, em função de sua importância para consolidação da perspectiva crítica no meio profissional.

O III CBAS foi realizado, em São Paulo, e teve como tema central o “Serviço Social e a política social”. Ocorreu num período de profunda efervescência política da sociedade brasileira, momento em que os movimentos contrários à manutenção da vigência da autocracia burguesa ocuparam a cena política.

De acordo com Bravo (2009), nos marcos deste clima contestatório, o III CBAS assume uma nova condução em sua dinâmica. Por intermédio da realização de uma assembleia, a qual registrou massiva participação de estudantes e assistentes sociais, houve intensa contestação acerca do direcionamento assumido pelo evento até aquele momento, tendo em vista que a mesa que privilegiava autoridades políticas vinculadas ao regime autocrático burguês ainda vigente naquele período. Num movimento contestatório tanto à conjuntura política nacional quanto ao tradicionalismo presente na profissão, a mesa de homenageados foi destituída e aquelas autoridades foram substituídas por trabalhadores, bem como por representantes sindicais e da sociedade civil organizada.

Tal assembleia ocorreu na manhã seguinte à abertura oficial do evento, e repercutiu em todo o seu direcionamento, pois foram alterados, também o conteúdo a ser debatido em todas as mesas de discussão. Tais mudanças passaram a ser acompanhadas diariamente, com vistas a garantir a direção social crítica que se pretendia assumir a partir de então. Bravo destaca que as principais alterações aprovadas foram:

- Mudança dos homenageados – que passou a ser “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”.
- Alterações na programação tanto no conteúdo a ser abordado, como dos componentes das mesas e painéis. As políticas setoriais deveriam ser analisadas numa visão de totalidade, enfocando a política social no capitalismo [...]. Outra modificação na programação foi a inclusão da discussão sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais, por ser o profissional um trabalhador assalariado.
- Inclusão da mesa final de encerramento com participação de lideranças sindicais e movimentos sociais [...] (BRAVO, 2009, p. 689).

Esse congresso representa um marco para o Serviço Social, pois, simboliza o movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional, fortalecendo as bases para a constituição de um projeto ético-político fundamentado em uma perspectiva crítica. Sua importância histórica revela-se por seus desdobramentos sociopolíticos tanto para o movimento estudantil quanto para uma parcela significativa da categoria, bem como no sentido de consolidar a contestação ao caráter conservador que marcavam os parâmetros teórico-práticos da profissão (BRAZ, 2009).

Conforme Abramides e Cabral (2009) o III CBAS se constituiu enquanto um divisor de águas para o Serviço Social brasileiro e também para os eventos da profissão, visto que, a partir de então, os eventos realizados pela categoria, assumiram o direcionamento político e crítico que se forjava na profissão.

Desde então, os debates promovidos no âmbito do CBAS são legatários desta postura crítica e vem tradicionalmente possibilitando uma ampliação e divulgação de temas relevantes para a categoria e permitindo a troca de experiências e estudos, constituindo uma relevante produção bibliográfica para a categoria profissional.

No que se refere ao ENPESS²⁵, sua primeira edição foi realizada, conforme Iamamoto (1998), em 1989, em Brasília, no Distrito Federal. O ENPESS, sendo referência para a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro teve como referência o VI ENPESS realizado em 1998, no qual, em assembleia foi aprovado um novo estatuto em que a ABESS passou a ser ABEPSS. Tal “[...] alteração na nomenclatura traz embutida a preocupação com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em todos os níveis da formação profissional, graduação e pós-graduação” (SILVA; COUTINHO, 2016, s/p).

O ENPESS²⁶ tem, dentre as suas principais finalidades, a publicização dos estudos científicos realizados sobre a realidade social brasileira e suas repercussões para o âmbito da profissão, constituindo-se como encontro de pesquisadores, o que corrobora para o

²⁵ Realizamos um levantamento acerca das produções que analisam a contribuição destes eventos para o Serviço Social brasileiro, no entanto, verificamos que existe pouca produção teórica relacionada a esta temática, dificultando a exposição de outros aspectos importantes que reafirme a relevância destes eventos para a profissão.

²⁶ Em 2016, o ENPESS chega a sua 15ª edição, a ser realizada em dezembro, na cidade de Ribeirão Preto, tendo como temática central: “20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS”.

fortalecimento e incentivo à produção do conhecimento no Serviço Social. Em 27 anos, a ABEPSS²⁷, articulada a outras entidades representativas do Serviço Social têm contribuído para qualificação do debate profissional, e para fortalecimento do projeto ético-político profissional.

O ENPESS e o CBAS constituem-se enquanto um importante canal de discussão para o Serviço Social, os quais vêm, continuamente, empreendendo esforços em manter a direção crítica hegemonicamente assumida pela profissão, reafirmando os princípios presentes no projeto ético-político profissional. Destaca-se, também, o papel político-organizativo que as entidades do Serviço Social assumiram ao longo da história da profissão, reforçando, assim, o seu protagonismo frente às demandas da categoria profissional.

Esses eventos que, mesmo mediante suas particularidades, oferecem a possibilidade de desvelar importantes aspectos relacionados à construção e disseminação do conhecimento científico pertinente ao Serviço Social, visto que suas publicações podem espelhar os avanços, os limites e as possibilidades da profissão como um todo, bem como, da dimensão técnico-operativa da profissão.

4.2.2 O debate da dimensão técnico-operativa nos Anais do CBAS e ENPESS: desvelando suas configurações

O Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir do processo de renovação da profissão, vivenciou um salto qualitativo no que diz respeito à sua produção do conhecimento e um maior aprofundamento do debate relacionado aos fundamentos sócio-históricos da profissão em nosso país.

O debate relacionado à dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem acompanhado, em certa medida, os avanços já mencionados a respeito da produção do conhecimento acerca dos fundamentos dessa profissão. Este debate tem-se desenvolvido no

²⁷ Importa destacar que a ABEPSS²⁷ tem desempenhado um importante papel quanto ao esforço em manter o direcionamento social crítico assumido pela profissão, sobretudo, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, acompanhando, junto às unidades de ensino superior que ofertam o curso de Serviço Social, a implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Política Nacional de Estágio.

âmbito dos eventos da profissão a partir de características que não fogem ao que vem sendo apontado pelos autores que discutem a temática, no entanto, existem alguns aspectos que se apresentam de modo mais claro.

Nesse sentido, ao longo deste processo investigativo foi possível verificar a continuidade da tendência já apontada, especialmente, por Guerra (2013b) e Santos e Noronha (2013) acerca da pouca produção relacionada à dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Uma vez que, no espaço temporal analisado por esse estudo, foram encontrados apenas 56 artigos que detinha algum tipo de referência a esta dimensão da profissão.

Cumprido esclarecer que eventos como o CBAS e o ENPESS registram uma média de aproximadamente 1000 (mil) artigos publicados em cada uma de suas edições. Assim sendo, somados os 10 Anais nos quais realizamos o levantamento dos artigos, tem-se uma média total de 10.000 artigos, em que, apenas 56 deles abordavam a temática, explicitando a escassa produção relacionada à dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Esta realidade revela que, de fato, as discussões relacionadas à dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem se mantido enquanto uma temática secundarizada no âmbito tanto da produção do conhecimento quanto do debate profissional, visto que são privilegiados pelos autores os conteúdos relacionados, por exemplo, as políticas sociais públicas setoriais.

Tal fato pode se constituir enquanto uma expressão daquelas lacunas presentes na profissão acerca dessa dimensão, uma vez que as limitações registradas na apropriação do tema gera no meio profissional o receio de ousar se debruçar sobre ele. Este é um desafio que ainda necessita ser enfrentado pela profissão, tanto no âmbito da formação profissional quanto da prática dos assistentes sociais.

Do ponto de vista do enfoque analítico, os artigos analisados por esse estudo demonstram tanto análises centradas numa abordagem teórica sobre o tema, como também expressam uma análise relativa aos instrumentos e técnicas específicos.

A abordagem teórica incorporou aqueles artigos que desenvolvem sua análise acerca da dimensão técnico-operativa considerando-a em sua totalidade, ou seja, estes apresentam a discussão em seus termos teórico-conceituais, ou analisando essa dimensão em projetos de

intervenção profissional, bem como em espaços sócio-ocupacionais de inserção do Assistente Social, ou, até mesmo, em alguma política social setorial, explicitando como essa dimensão da profissão se expressa nestes espaços.

Os artigos que apresentam uma abordagem teórica sobre a temática da dimensão técnico-operativa do Serviço Social apresentaram a tendência de estarem vinculados ao enfoque que privilegia a análise do tema embasado na vertente histórico-crítica, estando, assim, fundamentados nos pressupostos assumidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Os mesmos apresentaram, portanto, a vinculação entre esta dimensão da profissão dentro da perspectiva que não subordina a totalidade do Serviço Social a sua intervenção cotidiana por intermédio dos instrumentos e técnicas, mas, principalmente, insere a atuação profissional no contexto de contradições inerentes a esta forma de sociabilidade.

No que se refere aos artigos que desenvolveram a análise de um instrumento e técnica específico, estes abordam a particularidade de um instrumento ou técnica que compõe o cotidiano de intervenção profissional dos assistentes sociais, tais como estudo social, parecer social, visita domiciliar, exame criminológico, perícia técnica, dentre outros. Nestes artigos são destacados os elementos relativos à operacionalização do instrumento e da técnica, como um meio de construção das respostas profissionais no momento da intervenção. Nestes artigos, prevalecem, em sua maioria, análises que se desenvolvem sem que se explicita a relação entre o instrumental em questão e a totalidade das relações que perpassam o fazer profissional. Ou seja, tendem a apresentar a operacionalização do fazer profissional através dos instrumentos e técnicas como “fins em si mesmo”.

Ademais, os aspectos pertinentes a uma vertente histórico-crítica pressupõe apreender a dimensão técnico-operativa da profissão vinculada aos seus elementos constitutivos, explicitando, pois, a relação existente entre ela e as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão, uma vez que a dimensão técnico-operativa não pode ser apreendida isoladamente, pois conforme destaca Guerra (2013b), quando concebida reduzindo-se ao seu caráter instrumental-operativo, implica em uma apreensão pragmática da atividade prático-interventiva dos assistentes sociais. Conforme a referida autora,

[...] temos que as dimensões ético-política, teórico-metodológica e investigativa se interpõem e se articulam estritamente à dimensão técnico-

instrumental, já que a realização desta exige o conhecimento mais correto possível das finalidades, dos resultados, das condições objetivas e das possibilidades de realização e dos valores a eles subjacentes. Portanto, o conhecimento advém da análise da realidade e, por isso, tanto precede quanto acompanha a intervenção (GUERRA, 2013b, p. 63).

Isso implica dizer que não se concebe a dimensão técnico-operativa reduzida a um conjunto de métodos, instrumentos e técnicas, ao pretensão metodologismo, mas, sim a um conjunto de conhecimentos, competências profissionais, valores e saberes prático-interventivos que subsidiam o exercício profissional na construção das suas respostas. O atual padrão de política social, que tem a “questão social” fragmentadamente, requisita, também das profissões interventivas como é o caso do Serviço Social, formas de compreensão e intervenção na realidade que lhes sejam compatíveis (GUERRA, 2013b).

Há, assim, um constante tensionamento entre os avanços postos à profissão pelo aprofundamento do debate relacionado à dimensão técnico-operativa do Serviço Social e aquelas formas de intervenção imediatistas e fragmentadas que os espaços sócio-ocupacionais requisitam da profissão.

Nesse sentido, os artigos que abordam a dimensão técnico-operativa da profissão a partir da vertente histórico-crítica expõem em seu conteúdo uma discussão que vincula essa dimensão da profissão às dimensões teórico-metodológica e ético-política, bem como à instrumentalidade da prática e relacionam os instrumentos e técnicas àquela dimensão, muito embora, alguns apresentem lacunas referentes à apropriação da temática.

Quanto ao reconhecimento da relação existente entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a maioria dos artigos explicita em seu conteúdo a perspectiva de unidade entre estas dimensões, conforme expresso no trecho a seguir:

O Serviço Social se constitui como uma profissão prático-operativa que para intervir na realidade não se baseia no senso comum, mas utiliza-se de todo um conjunto teórico-metodológico que orienta a sua prática. As teorias sociais são recursos essenciais que o/a profissional aciona para exercer o seu trabalho, contribuindo para iluminar a leitura e imprimir rumos à ação, numa perspectiva de diálogo com a realidade. Ainda, a dimensão ético-política da profissão orienta e imprime direcionamento para realizar escolhas e prioridades além de projetar e planejar ações e intervenções (ENPESS01).

O trecho demonstra o reconhecimento de que os instrumentos e técnicas não são, por si só, capazes de viabilizar respostas profissionais em uma perspectiva crítica no cotidiano de intervenção profissional, visto que se identifica como a particularidade de cada uma das dimensões da profissão vai contribuir para a construção das respostas profissionais que estejam para além do caráter instrumental. Dessa maneira, a centralidade da resposta não reside no instrumento e na técnica, mas na capacidade que o profissional adquire de manipulá-los embasado em uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política.

Cumpram-se destacar que a perspectiva de unidade entre as dimensões vem sendo consolidada no meio profissional, em que se tem afirmado

[...] o entendimento de que a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida a questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológica – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação –, além das condições objetivas do trabalho e das condições subjetivas dos agentes profissionais (SANTOS et al., 2013, p.25).

Com destaque para o enfoque dos artigos em relação à instrumentalidade da prática profissional revelou que estes partem, prioritariamente, da apreensão da instrumentalidade enquanto um meio de abordagem da dimensão técnico-operativa da profissão, por intermédio da discussão apresentada por Guerra (2014b). Na obra desta autora, há uma discussão aprofundada a respeito da instrumentalidade do Serviço Social, na qual se busca descortinar a relação existente entre os meios e fins profissionais, sendo este imerso em intencionalidades éticas e políticas, e a operacionalização dos instrumentos e técnicas no cotidiano da intervenção profissional.

A aproximação com a teoria social crítica enquanto vertente teórico-metodológica que ilumina a construção do arcabouço teórico-prático do Serviço Social brasileiro qualificou e amadureceu a apropriação da profissão quanto a sua instrumentalidade profissional. O amadurecimento se dá em função do esforço em apreender a questão dos instrumentos e técnicas na profissão para além das perspectivas tecnicistas e teoricistas que prevaleciam até atualidade na produção do Serviço Social sobre essa dimensão.

Neste sentido, trazer à tona a capacidade histórico-crítica das formas e meios de intervenção da profissão que os autores de referência tem buscado reconstruir as análises acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Os artigos presentes nos anais do CBAS e do ENPESS têm, em sua maioria, incorporado elementos significativos da vertente histórico-crítica. Tal incorporação não se apresenta, contudo, de modo unívoco, ela também descortina lacunas que ainda necessitam ser aprofundadas no âmbito desse debate.

Cumprido ressaltar que a compreensão que configura a adoção de um enfoque histórico-crítico pressupõe, também, a nosso ver, relacionar a dimensão técnico-operativa da profissão com a instrumentalidade da prática profissional. Isso porque parte-se do entendimento de que a instrumentalidade é a mediação capaz de desvelar a racionalidade que, nos espaços de inserção da profissão, requisita um fazer profissional que se limite ao nível da razão instrumental. Além disso, a instrumentalidade como mediação traz a possibilidade de revelar às intencionalidades profissionais, pois questiona, no momento da construção das respostas, não apenas sobre o “como fazer” e “com que meios fazer”, mas chama a necessidade de questionar acerca do “por que fazer”, “para que fazer”, “quando” e “onde fazer” (GUERRA, 2014b).

Entretanto, apesar desta incorporação, tal apropriação se revela por meio de citações e referências diretas da publicação de Guerra (2014b), expressando limitações que implicam em não avançar nas reflexões que já tem sido discutido por ela. Os estudos desta autora têm incorporado reflexões relativas à racionalidade hegemônica que configura as formas de pensar e agir sobre/na realidade capitalista, a saber, a racionalidade formal-abstrata, que perpassando o cotidiano de intervenção profissional, requisita que a construção de suas respostas se limite a razão instrumental, não transgredindo o nível da imediatez.

Guerra (2014b) destaca ainda, que para fazer frente a esta requisição instrumental, a profissão pode, a partir da perspectiva dialética de apreensão da realidade social, buscar constituir respostas profissionais que, rompendo com o caráter instrumental e com o pragmatismo, constituam-se a partir de estratégias e táticas que mobilizem os instrumentos e técnicas com vistas a construir um fazer cada vez mais coletivo, assumindo o seu caráter político e negando a perspectiva da neutralidade da dimensão técnico-operativa.

Essa tendência apresentada pelas publicações relaciona-se com os influxos da apropriação tradicional acerca dos instrumentos e técnicas no Serviço Social contemporâneo. Trata-se de uma perspectiva que não explicita as mediações existentes no processo de construção das respostas profissionais para além do instrumental-operativo. Estes influxos impõe a tendência de que a discussão da instrumentalidade esteja presente no debate apresentado nos artigos, mas, mantendo lacunas em sua abordagem.

Guerra (2014b) destaca o ponto central da problemática da apropriação tradicional sobre os instrumentos e técnicas na profissão, uma vez que mesmo mediante os significativos avanços quanto à incorporação da discussão da instrumentalidade no interior da categoria profissional

[...] o tema da instrumentalidade ainda é identificado com o debate sobre instrumentos e técnicas, é tratado como a instrumentalização da profissão. Muitos, tanto na academia quanto no meio profissional, se prestam a entendê-la nesta perspectiva: como uma pauta de procedimentos relacionados ao “como fazer”, um receituário, modelos e regras a serem aplicados na realidade (GUERRA, 2014b, p. 34).

Assim sendo, a abordagem da instrumentalidade profissional tem sido um caminho privilegiado para a compreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, mas isso aparece, também, enquanto uma via de mão dupla, pois revela de igual modo, as dificuldades de se constituir uma síntese relacionada ao tema, mesmo sendo uma temática que tem sido absorvida pela categoria.

Importa salientar que os artigos apresentam citações diretas e indiretas que se referem, prioritariamente, a definição teórico-conceitual²⁸ desenvolvida por Guerra (2014b) acerca da instrumentalidade do Serviço Social. Dentre os poucos artigos que realizam o esforço de desenvolver uma síntese sobre a definição de instrumentalidade apresentada por esta autora, destacamos o seguinte trecho:

[...] conceito que extrapola uma visão pragmática de instrumentalidade, compreendida para além do tecnicismo do uso de instrumentos e técnicas no fazer profissional, com uma reflexão dos significados dessas ações. Apreendida como categoria de mediação que viabiliza a ultrapassagem da

²⁸ As citações referentes à definição teórico-conceitual apresentadas nos artigos transita pela síntese sobre a abordagem da instrumentalidade do Serviço Social que está presente no item 3.2.1 deste trabalho dissertativo e, portanto, optamos por não reproduzi-los, com o intuito de evitar repetições.

imediatividade, das singularidades das demandas postas a profissão, que tem como objeto de intervenção as refrações da questão social, contextualizando tais fatos na totalidade histórico social, posta pelo modo de produção capitalista, particularizando-o (ENPESS08).

O esforço de amadurecer as ideias apresentadas pelos autores indica um esforço de apropriação, para que se ultrapasse o limite da reprodução do que está posto, abrindo possibilidades para novas reflexões e para o aprofundamento do debate no âmbito do Serviço Social não somente sobre a sua instrumentalidade, mas também sobre os elementos que compõe a dimensão técnico-operativa da profissão.

O enfoque histórico-crítico sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pressupõe, por último, enquanto parâmetro de análise definido para o presente estudo, a apreensão dos instrumentos e técnicas tomada a partir de sua relação com essa dimensão da profissão, pois

Toda intervenção profissional é uma ação teleológica que implica uma escolha consciente das alternativas objetivamente dadas e a elaboração de um projeto no qual o profissional lança luzes sobre os fins visados e busca meios que, a seu juízo, são os mais adequados para alcançá-los (GUERRA, 2013b, p. 62).

A partir dessa compreensão, temos que os instrumentos e técnicas de intervenção quando escolhidos a revelia dos pressupostos teóricos, éticos, políticos e técnicos imputam à profissão um caráter de tecnologia social, visto que se destina a construir soluções limitadas para responder a problemas imediatos, bem como promovendo a mudança comportamental dos indivíduos, adaptando-os ao meio, limitando a dimensão técnico-operativa da profissão à razão instrumental. Daí o nosso entendimento de que estes instrumentos e técnicas, para serem tomados a partir de um referencial crítico, não podem deixar de estabelecer esta relação.

Assim, na apreensão dos instrumentos e técnicas em sua relação com a dimensão técnico-operativa da profissão, identificamos que o conteúdo presente nos artigos explicita a ideia de que os instrumentos e técnicas profissionais não detém a centralidade no debate da dimensão técnico-operativa da profissão, mas que esta deve ser articulada as demais dimensões da profissão, conforme se pode observar:

[...] a prática profissional não deve se esgotar na dimensão instrumental, pois as múltiplas determinações do objeto de atuação do/a Assistente Social remetem as forças de ordem econômica, social, política e cultural que precisam ser movimentadas e dinamizadas – o que, por si, requer conhecimentos e saberes mais vastos e abrangentes do que o técnico-operativo (CBAS02).

Contudo, os artigos apresentam a característica de que mesmo sendo feita menção ao termo dimensão técnico-operativa, o conteúdo apresentado nos artigos não lança mão de uma reflexão teórica mais apurada em relação à temática, não se apropriando de elementos fundamentais para a abordagem do tema.

Santos et al. (2013, p. 27) destaca que não há como tratar da dimensão técnico-operativa da profissão sem que sejam explicitados os seguintes aspectos:

[...] as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, as técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação de diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais. Outro elemento que merece destaque refere-se à questão da demanda.

Ademais, abordar a dimensão técnico-operativa da profissão requer também a compreensão do significado social do fazer profissional, bem como à discussão do trabalho profissional na sociabilidade capitalista em sua conjuntura atual, com vistas a identificar como as transformações societárias incidem sobre as demandas e requisições à profissão, e como estas atravessam a constituição do fazer profissional (GUERRA, 2013b). Aprender a dimensão técnico-operativa considerando estes elementos que configuram certo nível de amadurecimento do debate sobre o tema.

Explicitar estes elementos enquanto determinantes fundamentais para apreender a dimensão técnico-operativa da profissão é de significativa importância, porquanto

[...] a profissão não se explica por si mesma, e, por isso, necessita da análise lógica do estágio do desenvolvimento do capitalismo, das relações sociais, do modelo de assistência social, já que pelo modelo adotado ela vem condicionando um exercício profissional que fica restrito à aplicação de normas vinculadas a administrar a concessão de benefícios, rotinas, baseado em critérios seletivos, quantitativos e condicionalidades, em uma racionalidade do cálculo, em procedimentos formais, manipulatórios. Tais ações absorvem o exercício profissional convertendo-o e o reduzindo a um

conjunto de ações instrumentais, visando fins imediatos (GUERRA, 2013b, p. 70-71).

No entanto, o que prevalece na maioria dos artigos analisados é uma abordagem que se limita a descrever e defender que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas profissionais, mas não há uma discussão aprofundada acerca dos elementos acima mencionados, que são imprescindíveis ao tratamento do tema.

Cabe-nos questionar sobre os reais motivos que determinam o pouco aprofundamento apresentado pelos artigos acerca da dimensão técnico-operativa da profissão, se ele estaria vinculado prioritariamente às lacunas identificadas no âmbito da formação profissional, conforme as análises de Santos (2006), a qual demonstrou que o ensino da prática tem sido negligenciado e, sobretudo, quanto à apropriação da dimensão técnico-operativa.

A configuração própria da inserção dos assistentes sociais nos espaços de intervenção profissional e em rotinas extenuantes de trabalho também podem impor limites ao processo de qualificação profissional que esteja para além do âmbito acadêmico. Esta é uma realidade identificada por Guerra (2014a), na atualidade, há um

[...] crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego. Há, ainda, a inserção sócio-ocupacional em duas ou mais políticas sociais, uma rotatividade inédita, resultante dos vínculos instáveis e dos baixos salários, além da intensificação e extensão da carga horária por ter que cumprir, pelo menos, duas jornadas de trabalho. Numa profissão com quase 99% de mulheres, a tendência ao pluriemprego, da intensificação do trabalho e do sobretabalho doméstico, limita a possibilidade de investimento na capacitação e na pesquisa [...] (GUERRA, 2014a, p. 50).

Portanto, estas limitações não podem ser vistas a partir de uma pretensa unilateralidade, tendo em vista que existem componentes objetivos e subjetivos que implicam para a continuidade das lacunas já identificadas por Guerra (2014b), as quais se confirmam enquanto tendência sobre a configuração sobre o debate relacionado à dimensão técnico-operativa da profissão.

Foi possível, também, identificar que a maioria das publicações analisadas não apresenta referência a obras que tratam das particularidades da dimensão técnico-operativa da

do Serviço Social. Tal fato ocorre tendo em vista que ainda são poucas as pesquisas desenvolvidas no âmbito da produção do conhecimento da profissão acerca dos Fundamentos do Serviço Social e, em termos da dimensão técnico-operativa da profissão, a bibliografia ainda é muito restrita (YAZBEK, 2013).

Poucos foram artigos que fizeram referência, por exemplo, as obras de Hélder Boska Sarmiento, Rosa Prédes Trindade, Cláudia Mônica dos Santos que desenvolveram pesquisas relacionadas ao tema a partir de um direcionamento histórico-crítico acerca desta dimensão na década de 1990 e nos anos 2000. A obra de Guerra (2014b), por ser a mais conhecida e de fácil acesso no meio profissional, é a mais citada, embasando a discussão da maioria dos artigos.

Cabe-nos aqui questionar por que as pesquisas desenvolvidas por estes autores têm sido pouco fecundas enquanto suporte para dar densidade ao debate daqueles que optam por se debruçar sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Em que pese à significativa importância das pesquisas que vem sendo desenvolvidas no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, é importante questionar em que medida estes estudos tem alcançado tanto o espaço acadêmico, contribuindo para a formação profissional, quanto o conjunto da categoria, chegando aos assistentes sociais que atuam nos espaços de intervenção nos quais a profissão é requisitada.

A limitação das obras referentes ao tema da dimensão técnico-operativa da profissão e as consequentes lacunas reveladas através da abordagem dos artigos, explicitam-se enquanto um importante aspecto a ser colocado em questão no debate desenvolvido pela categoria profissional. Estas limitações expõem a necessidade de se buscar avançar quanto aos fundamentos da profissão, no sentido de consolidar e manter a continuidade da hegemonia do projeto profissional crítico, além de incidir em mudanças no âmbito do exercício profissional. Isso porque, uma apropriação dos aspectos relativos a essa dimensão da profissão acarreta em reverberações para a prática cotidiano dos assistentes sociais.

A consolidação dos ganhos alcançados a partir do processo de renovação do Serviço Social no país implica na construção, por parte da categoria, de estratégias que busque reafirmar a validade dos princípios assumidos pelo projeto ético-político profissional e,

portanto, sua direção social estratégica, além de fazer frente aos elementos ainda problemáticos para a profissão, tais como o caráter sincrético que perpassa a profissão e da defesa da falsa dicotomia defendida por muitos profissionais sobre a relação teoria e prática, o que pode contribuir para a construção de uma agenda na profissão que não secundarize a discussão da dimensão técnico-operativa, mas que enfrente as lacunas e os equívocos que permanecem ainda muito presentes no debate da profissão.

No desenvolver das relações sociais na forma de sociabilidade vigente, não se registra apenas uma forma de pensar a dimensão técnico-operativa a ser desenvolvida pelas profissões. Há, também, aqueles que compreendem a dimensão técnico-operativa a partir de uma perspectiva diferenciada, concebendo-a como elementos prático-interventivos, descolados de um direcionamento teórico preciso. Defende-se, a partir deste ponto de vista, o qual está fundamentado em um fundamento teórico conservador, uma pretensa neutralidade na operacionalização dos instrumentos e técnicas (GUERRA, 2014b).

Ademais, o enfoque assumido pelos artigos em face destes pressupostos que traçamos para a análise dos mesmos pode explicitar o nível de maturidade alcançado pela categoria profissional no que se refere à apreensão da dimensão técnico-operativa da profissão, uma vez que revela, através de sua forma de abordagem, as concepções expressas pelos autores acerca desta dimensão e explicitam como está configurado o debate da profissão em relação a este tema.

4.2.3 O debate da dimensão técnico-operativa: uma síntese das principais tendências

Urge o desenvolvimento de pesquisas destinadas a apreensão dos aspectos teórico-práticos relacionados à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, haja vista a continuidade de características tais como a sua secundarização no âmbito da produção do conhecimento, bem como a reprodução de lacunas historicamente já saturadas pela literatura profissional nos autores que se dedicam a análise do tema.

O processo de análise do debate presente nos artigos publicados nos eventos, CBAS e ENPESS, revelou que, levando em consideração o período privilegiado para o estudo, a maioria dos artigos que se debruçam sobre a abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e/ou dos instrumentos e técnicas mediadores da ação profissional, concentra-se, sobretudo, nos anais dos eventos realizados entre 2009 e 2014. Estes apresentam, também um debate mais aproximado daqueles elementos reivindicados pela análise dessa dimensão fundamentando-se na vertente histórico-crítica.

Esta tendência não surge do acaso, uma vez que as principais pesquisas desenvolvidas pelos autores que são referência no estudo da dimensão técnico-operativa acontecem, sobretudo, na segunda metade da década de 1990 e no desenrolar dos anos 2000. Há, portanto, que se considerar o tempo necessário para que estas produções sejam reconhecidas, absorvidas, amadurecidas e, posteriormente, reproduzidas dentro do debate da categoria profissional. Assim, a incorporação do conteúdo histórico-crítico a respeito da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, tem ocorrido dentro de uma processualidade, que é perpassada pelas determinações da realidade social.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que a maioria dos artigos que apresentam uma fundamentação histórico-crítica para a análise da dimensão técnico-operativa constitui-se enquanto resultados de pesquisa e encontram-se publicados nos anais dos ENPESS.

A crescente valorização e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas dentro da área de conhecimento do Serviço Social têm apresentado resultados de significativa importância para a profissão, tanto no conhecimento da realidade social, quanto para entender os aspectos teórico-práticos que perpassam a intervenção profissional do Assistente Social. Além disso, eventos como o ENPESS, que tem historicamente se dedicado à socialização dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito da categoria, são fundamentais para estimular o debate relativo aos fundamentos da profissão, em seus aspectos teóricos e prático-interventivos.

A pesquisa qualifica o debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, uma vez que alia a identificação das determinações presentes na realidade social, as quais são analisadas levando em consideração as contradições presentes nessa forma de sociabilidade. Trata-se da reconstrução do movimento real dessa realidade social, em que chama a discussão

de que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social se processa em uma realidade de requisições fragmentadas e imediatistas. Esta é uma compreensão que vai sendo construída no movimento de sucessivas aproximações ao longo dos estudos.

Noutra linha, os relatos de experiência profissional tenderam a apresentar uma abordagem limitada a apresentar o processo de operacionalização de determinados instrumentos e técnicas no cotidiano de intervenção profissional, sendo este debate descolado da vinculação intrínseca entre os mesmos e a dimensão técnico-operativa. O CBAS foi o evento em que preponderaram os artigos que desenvolvem relatos de experiência, os quais apresentam o debate da dimensão técnico-operativa da profissão desta maneira.

Importa deixar claro que estes artigos ainda não contemplam integralmente em seu debate à defesa e/ou recusa da compreensão de que os instrumentos e técnicas não podem ser apreendidos fora da discussão da dimensão técnico-operativa e de seus outros elementos. Contudo, a exposição feita nos artigos explicita uma cisão quanto à abordagem dos instrumentos e técnicas em relação à dimensão técnico-operativa.

Santos et al. (2013, p. 29) aponta que vem prevalecendo no atual debate da profissão é a perspectiva de conceber os instrumentos e técnicas

[...] como elementos da dimensão técnico-operativa que viabilizam, materializam, objetivam projetos, efetivando as ações profissionais no conjunto das relações sociais. Assim, os instrumentos, enquanto elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, estão vinculados a uma fundamentação teórica e a uma determinada direção ético-política, configurando-se como ferramentas para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional.

No entanto, apesar deste reconhecimento que vem sendo construída no debate da categoria profissional, a tendência expressa pelos artigos analisados é a de abordar os instrumentos e técnicas sem levar em consideração os aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos que direcionam a escolha dos meios para a objetivação do fazer profissional.

Nesse sentido, o percurso de exposição realizado pelos artigos privilegia tanto a descrição do instrumento e técnica objeto de análise do artigo, como também, a exposição dos elementos relativos às formas de operacionalização dos instrumentos e técnicas no cotidiano

de intervenção profissional, em completa desarticulação com referências teóricas mais amplas, conforme pode ser percebido no seguinte trecho:

Se realizar vistorias em matéria de Serviço Social é atribuição privativa do Assistente Social, entendemos que a realização de visitas a instituições, órgãos, entidades que prestam serviços à população e que, por natureza, visam minimizar as sequelas da “questão social” vivenciada na sociedade capitalista se “tornam vistorias” na medida em que estas objetivem “examinar”, “analisar com minúcia e atenção”, o impacto das políticas sociais na vida da população usuária [...] (CBAS04).

Cumpramos ressaltar que muitos artigos fazem menção à “questão social” e à compreensão de que a intervenção profissional se realiza no âmbito de suas sequelas produzidas pelo modo de vida capitalista. Contudo, também essa menção é feita de maneira superficial e despida das mediações necessárias à compreensão de como se constrói a relação entre as questões universais que compõem a sociabilidade capitalista e particularidade do fazer profissional requisitado por esta realidade.

Os artigos não apresentam questões pertinentes à configuração contraditória das políticas sociais dentro desta forma de sociedade, tampouco o fato de que, ao passo que estas políticas apresentam um caráter fragmentado, seletivo, imediatista e pragmático, requisita-se da profissão a construção de uma intervenção que, permanecendo orientada pela razão instrumental, seja-lhes funcional.

Assim sendo, mesmo que haja nestes artigos a pretensão de inserir o debate dos instrumentos e técnicas sobre o qual os mesmos se debruçam a partir uma compreensão crítica, o que se apresenta, na verdade, é um debate em que estes instrumentos e técnicas aparecem como fins em si mesmo, porquanto os elementos que determinam o fazer profissional não corroboram para a construção da análise presente nos artigos.

Prevalece, portanto, a tendência de abordagem dos instrumentos e técnicas que não leva em consideração o debate que vem sendo construído em torno da apropriação da dimensão técnico-operativa como sendo aquela que, apesar de ser dotada de elementos técnico, instrumentais e operativos, não está reduzida aos instrumentos e técnicas mobilizados pela profissão para a construção do seu fazer.

Estas publicações privilegiam também, em seus relatos cotidianos de experiência, o uso da descrição da objetivação dos instrumentos e técnicas no cotidiano de intervenção profissional, tal como pode ser percebido no trecho:

[...] o estudo social é utilizado pelo Serviço Social para avaliação, análise e interpretação de dada situação social. A finalidade deste procedimento no processo pericial é emitir um parecer social posterior, sobre o acesso a determinado benefício e/ou direito social (CBAS07).

Esta é uma abordagem recorrente nos artigos, a qual busca evidenciar quais os objetivos do uso do instrumento e técnica abordado para a construção das respostas. O questionamento pertinente acerca deste aspecto apresentado pela maioria dos artigos, tem relação com o fato de que na maioria deles as condições objetivas de trabalho não tem sido levadas em consideração enquanto determinante para o alcance dos objetivos profissionais no momento do uso do instrumento ou técnica.

Além do que, a ênfase que é apresentada nos artigos limita-se a abordar prioritariamente o alcance dos objetivos relativos ao instrumento ou técnica, como se, por exemplo, coletar os dados da realidade do usuário dos serviços fosse por si só, suficiente para configurar a construção da resposta profissional.

Não se explicita, portanto, a compreensão de que estes instrumentos e técnicas são meios para o alcance dos objetivos profissionais, meios estes que são direcionados teleologicamente para o atendimento daqueles objetivos profissionais que foram conscientemente projetados, mobilizando não apenas os instrumentos e técnicas, mas também, e em relação indissociável, com o conjunto de saberes teórico-metodológicos e ético-políticos acionados pelos profissionais (GUERRA, 2014b). Tal fato revela, a nosso ver, um equívoco quanto à apropriação do instrumental técnico-operativo da profissão.

Cumprindo, ainda, ressaltar que há dentre os artigos analisados aqueles que se debruçam sobre a abordagem de instrumentos e técnicas que geram polêmicas no âmbito da profissão, dentre os quais destacamos o exame criminológico, a vistoria, o manual técnico e a perícia técnica, visto que conforme Guerra (2014a) tanto no âmbito das políticas e, por consequência, no fazer profissional, pois,

[...] são realizados baseados em padronização e técnicas de caráter manipulatório que indicam o que e como arguir os usuários, o tipo de pergunta a ser feita, a entonação de voz, etc., muitas vezes com o fim investigatório. A visão é a de que, pelo instrumento de coleta de dados ou de intervenção, se verificará a verdade dos fatos, a periculosidade dos sujeitos, sua capacidade de resiliência, de ressocialização, de empoderamento (GUERRA, 2014a, p. 55).

Trata-se de instrumentos e técnicas que tendem a tensionar o exercício profissional que se proponha a romper com a razão instrumental e buscando constituir uma intervenção de cunho mais abrangente, dado o seu conteúdo que pressupõe a individualização dos sujeitos, além de fortalecer as alternativas de controle institucional sobre os usuários.

Assim sendo, o que prevalece em parte significativa dos artigos é a de se apropriar da discussão dos instrumentos e técnicas profissionais sem que se leve em consideração os elementos relativos à dimensão técnico-operativa da profissão, além de reproduzir as lacunas e equívocos já problematizados no âmbito da produção do conhecimento acerca dessa dimensão, produção essa que fundamentada na vertente crítica assumida hegemonicamente pela profissão vem objetivando fazer frente a estes equívocos, além de buscar lançar provocações que culminem no amadurecimento do debate relacionado ao tema.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mergulhar no debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social foi um exercício trabalhoso, porém, necessário, uma vez que a discussão relacionada a esta dimensão tem sido desenvolvida aquém das possibilidades de aprofundamento propiciadas pela produção do conhecimento da profissão na atualidade.

Iamamoto (2010) verificou que a atual produção do conhecimento oriunda das pesquisas desenvolvidas na área do Serviço Social tem se dedicado, com maior esforço, em constituir estudos que tomam como objeto central as mais variadas políticas sociais nas quais o exercício profissional dos assistentes sociais é requisitado, em detrimento das análises que buscam desvelar os aspectos relativos à inserção do Serviço Social nestes espaços. Este aspecto revela a natureza da significativa lacuna no que se refere à produção que aborda os Fundamentos Sócio-Históricos da profissão.

Em se tratando da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, há de acordo com Guerra (2013b; 2014b), uma negligência no âmbito das pesquisas tanto relacionadas a essa dimensão da profissão quanto sobre a instrumentalidade profissional. Deste aspecto deriva a principal relevância do presente estudo.

Nesse sentido, o questionamento que direcionou o estudo, buscou identificar como está configurado o debate do Serviço Social acerca de sua dimensão técnico-operativa e partimos do pressuposto de que esta dimensão continua sendo secundarizada no debate profissional, pressuposto que se confirmou através dos resultados obtidos.

A tendência a secundarização deste debate vem sendo identificada e reiterada por autores que desenvolvem estudos relacionados a esta dimensão da profissão, tais como Guerra (2014b), Santos e Noronha (2013) e Santos (2006), ressaltando-se que tal tendência vem se mantendo na realidade profissional desde a primeira metade da década de 1990 e, é mais uma vez, confirmada ao longo do período que privilegiamos para o estudo. Além disso, verifica-se a continuidade de lacunas relacionados ao tema os quais, também, já têm sido apontados nas pesquisas das autoras acima mencionadas.

Cumpra ressaltar que após o processo de renovação do Serviço Social brasileiro a produção do conhecimento em nossa área tem sido desenvolvida a partir da vertente crítica, tratando-se de um período da profissão em que observou um esforço significativo de constituir análises concretas de situações concretas no que se refere às particularidades assumidas pelos ditames capitalistas na realidade nacional, bem como no empenho de apreender as reais determinações que incidem sobre o fazer profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2010).

O aprofundamento alcançado pela profissão implicou para a dimensão técnico-operativa na construção de pesquisas que retiram esta dimensão do âmbito restrito da redução ao tecnicismo, tendo como resultado o amadurecimento de uma discussão que desvelou os aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos que incidem sobre a manipulação do instrumental técnico-operativo.

Ademais, do amadurecimento referente à apropriação da dimensão técnico-operativa do Serviço Social resulta uma compreensão de que ela é a forma de aparecer dessa profissão, imprimindo a partir de seu movimento, um *ethos* profissional. Esta dimensão não se limita, portanto, aos instrumentos e as técnicas, mas, abrange todo o conjunto de determinantes que incidem sobre o fazer cotidiano, partindo desde as questões subjetivas dos profissionais até às condições objetivas de trabalho (SANTOS et al., 2013).

No desenvolvimento do presente estudo, identificamos que a discussão acerca da dimensão técnico-operativa da profissão uma quantidade bastante limitada de artigos publicados nos Anais do CBAS e do ENPESS que tomam como objeto esta dimensão da profissão.

O estudo revelou, ainda, que a apropriação da dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem se dado ainda perpassada pela reprodução de equívocos e lacunas significativas. Isso porque mesmo que a maioria dos artigos analisados reconheça em sua abordagem que tal dimensão da profissão é indissociável das demais dimensões, não se identifica, de modo claro, na exposição do conteúdo dos artigos o movimento que configura esta relação.

Da mesma maneira, estes artigos não conseguem estabelecer as mediações necessárias para apreensão da dimensão técnico-operativa do Serviço Social na relação que ela estabelece quanto a capacidade do fazer profissional de ser dotada de uma instrumentalidade, quando este fazer se orienta por um direcionamento histórico-crítico. Contudo, que apesar da discussão destes elementos ser levada em consideração no debate relacionado à dimensão técnico-operativa da profissão, a apreensão dos mesmos ocorre de forma ainda muito fragmentada.

Além disso, identificamos a tendência de que a ênfase dada aos instrumentos e técnicas profissionais ainda é muito presente, uma vez que estes permanecem sendo apresentados nas publicações como se fossem dotados da capacidade de responderem as demandas apresentadas aos assistentes sociais por si só, obscurecendo a competência profissional em sua capacidade teórico-metodológica e seu caráter ético-político, mantendo a compreensão sobre o fazer profissional muito próxima das referências pragmáticas tão funcionais a lógica das políticas sociais.

Importa esclarecer que tanto mais a sociabilidade capitalista avança no seu desenvolvimento, mais ela reafirma a sua necessidade de empobrecimento tanto do conhecimento quanto das formas de ação nela inseridos. É perpassada por estas determinações que surge o Serviço Social, como uma profissão dotada capacidade técnica para intervir nas sequelas da “questão social”, buscando, conforme Netto (2011a) alterar algumas variáveis da realidade vivenciada pelos usuários dos serviços sociais.

A intervenção profissional do Assistente Social se realiza por intermédio dos instrumentos e técnicas que, mobilizados pelos profissionais, permitem a construção das suas respostas. Por se tratar de uma profissão eminentemente interventiva, há uma tendência no meio profissional de destinar centralidade aos instrumentos e as técnicas no âmbito do fazer profissional cotidiano, como se estes, por si só fossem capazes de construir àquelas respostas (SANTOS et al., 2013). Segundo Guerra (2014c, p. 83)

Nessas respostas, impera a exigência de atendimento às demandas que chegam para a profissão, de modo que se aspira ao alcance dos fins, mas não se impõe, na mesma medida, em nível imediato, uma reflexão ético-política sobre os meios utilizados para isso. A desconsideração da relação meios e fins (em como responder e com que meios), mais, ainda, a ruptura entre meios e fins (não importam os meios, desde que se alcancem os fins),

resultam numa prática focal, pontual, imediatista, instrumental. Nesse nível de resposta – a que tem possibilidade de resolutividade imediata –, a única alternativa possível é a que toma como objeto o sujeito, visando operar mudanças comportamentais, culturais, ideológicas na vida do usuário via práticas disciplinadoras e de mudança comportamental.

Estas são características que acompanham a prática profissional do Assistente Social desde a sua emergência com reverberações na atualidade, incidindo não apenas na realização da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, mas, também, na concepção que se tem sobre ela.

A manutenção das tendências aqui apresentadas deriva, sobretudo, da forma própria de se processar a realidade social, a qual tem-se que ela é cada vez mais fragmentada em “questões sociais”, a serem respondidas a partir da vigência de uma racionalidade instrumental, que requisita, das instituições/espacos sócio-ocupacionais o desenvolvimento de respostas, cada vez mais, que permaneçam no campo de uma intervenção meramente técnicas, reduzidas ao plano da imediaticidade dos fatos.

Além disso, a reprodução desta realidade se coloca enquanto entrave ao amadurecimento das questões relativas ao amadurecimento dos ganhos alcançados após o processo de renovação do Serviço Social, uma vez que esta realidade tende a negar validade científica da teoria social crítica e, por consequência, da vertente histórico-crítica de apreensão da profissão. Tal fato repercute diretamente tanto no âmbito da formação profissional quanto na produção do conhecimento, com implicações para a prática profissional.

Tenta-se, a partir deste cenário, desconstruir-se a apreensão de que os aportes teóricos, e ético-políticos devem nortear a direção técnico-operativa assumida pelo Serviço Social, o que implica na tentativa de subsumir os aspectos teóricos aos eminentemente prático-interventivos da profissão. Aqui se repõe a negativa da existência de relação entre teoria e prática, a qual é ainda muito presente na discussão pertinente a dimensão técnico-operativa da profissão.

Por último, tendências aqui explanadas mantem-se, também em função do ainda restrito interesse por se debruçar sobre a temática da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Visto que o enfrentamento desta realidade que vive em constante tensão, demanda do

conjunto da categoria profissional que o referido tema deixe de figurar o rol dos “temas mal ditos” (GUERRA, 2014b) do Serviço Social. A realidade da intervenção profissional, no tocante a operacionalização dos seus instrumentos e técnicas necessita ser conhecida para que se tracem estratégias de enfrentamento coletivo contra a tendência a tecnificação do fazer profissional dos assistentes sociais.

Os resultados obtidos através deste estudo demonstram uma realidade desafiadora que se apresenta para o Serviço Social brasileiro, visto que elas têm implicações tanto para o âmbito da formação quanto da prática profissional dos assistentes sociais, perpassando questões inerentes, também, a direção social estratégica da profissão, orientada pelos princípios presentes no projeto ético-político da profissão. Tem-se a necessidade de que as entidades representativas da profissão estimulem, de modo mais incisivo, o debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Do mesmo modo, é importante fomentar este debate nos centros de formação em Serviço Social, fazendo com que a abordagem dessa dimensão seja incorporada em todo o processo de formação acadêmico-profissional e, além disso, que haja o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre a dimensão técnico-operativa, buscando conhecer a realidade de seu movimento no Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**, São Luís, n° 14, Jul.- dez., 2007.
- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n° 50, abril, 1996, p. 143 – 171.
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. O significado político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – 1979. **Serviço Social e Sociedade**, n° 100, out./dez., 2009, p. 728 - 739.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, out./dez. p. 637-651, 2015.
- _____. O desenho das Diretrizes Curriculares e as dificuldades na sua implementação. In: **Temporalis**. Ano IV. N° 8. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.
- BRAVO, M. I. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n° 100, out./dez., 2009, p. 679 – 708.
- BRAZ, M. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **Serviço Social e Sociedade**, n° 100, out./dez., 2009, p. 709 – 719.
- CARDOSO, F. G. Prefácio: O Serviço Social e os desafios nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira, na atual crise capitalista. In: MOTA, A. E.; MARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 11 – 22.
- CARVALHO, G. M. O. **Estágio Curricular não obrigatório em Serviço Social: uma agenda recorrente na formação profissional do(a)s assistente sociais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: UEPB, 2015.
- CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social / Lei N° 8662/1993 de Regulamentação da Profissão**. 3° ed. Rev. e Atual. Brasília: CFESS, 1997.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORTI, V.; GUERRA, Y. “Na prática a teoria é outra?”. In: _____. (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Coletânea Nova de Serviço Social. 4° ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n° 62, ano XXI, Mar., 2000, p. 05 – 34.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, n° 104, out./dez., 2010, p. 715 – 736.

_____. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, C. M. et al. (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a. p. 183 – 204.

_____. A dimensão técnico operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. et al. (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013b. p. 45 – 74.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: MOTA, A. E.; MARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014a. p. 45 – 62.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10° ed. São Paulo: Cortez, 2014b.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Orgs.) **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Vol. 1. 2° ed. São Paulo: Veras Editora, 2014c. p. 79 – 106.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 39 – 70.

IAMAMOTO, M. V. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto profissional. **Cadernos ABESS – Produção científica e formação profissional: a conjuntura nacional e demandas postas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4° ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12° ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, out./dez, 2014, p. 609 – 639.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves, Alderico Toríbio. 7° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, n° 15, Jan./Jun., 2009, p. 31 – 50.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, n°. esp., p. 37-45, 2007.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; MARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 63 – 104.

MARX, K. **Contribuição à crítica da econômica política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia**: respostas à *Filosofia da Miséria*, do sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 273 – 303.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: _____. (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pejejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 23 – 43.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, abril, 1996, p. 87 – 132.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141 – 160.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, nº 111, Jul./Set., 2012, p. 413 – 429.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64. 13º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, ano II, Dez, 2003, p. 1 – 8.

RAMOS, S. R.; ABREU, M. H. E. As particularidades do estágio curricular na formação profissional do(a) Assistente Social. In: MOTA, A. E.; MARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social**

brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 125 – 149.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do Assistente Social no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. **Na prática a teoria é outra?**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3° ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013a.

_____. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Conexões Geraes**, CRESS-MG, N°3, Ano 02, 2° semestre, p. 25 – 30, 2013b.

_____. et al. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M. et al. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 21-44.

SANTOS, C. M.; NORONHA, K. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas de intervenção profissional do Assistente Social: uma perspectiva crítica. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.) **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 4° ed. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 47 – 64.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SARMENTO, E. B. M. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1994.

_____. Instrumental técnico e Serviço Social. In: SANTOS, C. M. et al. (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a. p. 109 – 126.

_____. Instrumental técnico e Serviço Social, é preciso continuar o debate!. **Conexões Geraes**, CRESS-MG, N°3, Ano 02, 2° semestre, p. 19 – 24, 2013b.

SÁ-SILVA, J. R. et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, Julho, p. 1 – 15, 2009.

SILVA E SILVA, M. O. Contextualizando o Serviço Social no processo histórico brasileiro. In: SILVA E SILVA, M. O. (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, P. A.; COUTINHO, P. S. **Pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social**: a contribuição dos ENPESS (2000-2010). Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1255/992>. Acesso em: 15 de Jul. de 2016.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. 1999. 347p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1999.

_____. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos de trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M. et al. (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 75 – 108.

VASCONCELOS, A. M. **A/o Assistente Social na luta de Classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.) **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 4° ed. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. vii – ix.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE PESQUISA

MAPEAMENTO: critérios para seleção dos artigos

- Anais digitais: CBAS: 2004; 2007; 2010; 2013
ENPESS: 2004; 2006; 2008; 2010; 2012; 2014
- Eixo temático – Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional
- Título
- Resumo
- Palavras-chave
- Relato de experiência profissional / Resultado de pesquisa concluída

ANÁLISE DOS DADOS: critérios para análise dos artigos

- a) A relação entre a dimensão técnico-operativa e as dimensões teórico-metodológico e ético-políticas do Serviço Social;
- b) A relação entre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social e a instrumentalidade da profissão;
- c) A relação entre a abordagem dos instrumentos e técnicas específicos e à discussão da dimensão técnico-operativa da profissão;

APÊNDICE 2 – RELAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS)

CESAR, M. J.; SILVA, N. C. O instrumental do Serviço Social na Concessão da Pensão Previdenciária. In: **XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2007, Foz do Iguaçu. Anais digitais... Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.

DIAS, A. M. S. Manual técnico do Serviço Social: reafirmando o projeto ético-político do Serviço Social na Previdência. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2013, Águas de Lindóia. Anais digitais... Águas de Lindóia: CFESS, 2013.

FREITAS, C. S.; SILVEIRA, I. D. O estudo social como instrumento garantidor de direitos: a experiência da atuação do Assistente Social na Perícia Oficial em Saúde. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2013, Águas de Lindóia. Anais digitais... Águas de Lindóia: CFESS, 2013.

MACIEL, M. S. C.; MOURA, E. M. Práxis, mediação e instrumentalidade: reflexões sobre a prática das assistentes sociais da UNILAB-CE. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2013, Águas de Lindóia. Anais digitais... Águas de Lindóia: CFESS, 2013.

NASCIMENTO, L. P. Um estudo sobre exame criminológico e Serviço Social no sistema penal. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2013, Águas de Lindóia. Anais digitais... Águas de Lindóia: CFESS, 2013.

RODRIGUES, J. S. et al. Instrumentalidade da prática profissional do Serviço Social em um hospital de emergência em Fortaleza: possibilidades e desafios. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2013, Águas de Lindóia. Anais digitais... Águas de Lindóia: CFESS, 2013.

SANTOS, C. M. Os instrumentos e técnicas na proposta de formação profissional de 1996. In: **XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2007, Foz do Iguaçu. Anais digitais... Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.

SOUSA, C. T. et al. Vistoria como atribuição do Assistente Social: ensaio sobre a experiência de uma equipe de Serviço Social no Ministério Público do estado do Rio de Janeiro. In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, 2010, Brasília-DF. Anais digitais... Brasília-DF: CFESS, 2010.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)

CANINI, R. Apontamentos sobre o instrumental técnico utilizado pelo/a Assistente Social nas instituições de acolhimento. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2014, Natal. Anais digitais... Natal: ABEPSS, 2012.

CESAR, M. J.; SILVA, N. C. O estudo social na concessão da pensão no Previ-Rio. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2014, Natal. Anais digitais... Natal: ABEPSS, 2012.

CORTES, S. T. Visita domiciliar e Serviço Social: reflexão acerca dos processos de trabalho. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2010, Rio de Janeiro. Anais digitais... Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

FACEIRA, L. S.; GOMES, A. A. Exame criminológico: uma reflexão em relação ao processo de trabalho do Assistente Social no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2010, Rio de Janeiro. Anais digitais... Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

MACHADO, A. S. O. et al. A instrumentalidade do Serviço Social na saúde. In: **IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2004, Porto Alegre. Anais digitais... Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

MATOS, F. L.; CRUZ, J. P. Instrumentalidade enquanto categoria constitutiva do trabalho do Serviço Social. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2010, Rio de Janeiro. Anais digitais... Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

MITJAVILA, M. R. Perícia técnica e arbitragem social: um estudo sobre o Serviço Social do Poder Judiciário no estado de Santa Catarina. In: **IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2004, Porto Alegre. Anais digitais... Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

SANTOS, S. M. F. et al. Instrumentos do Serviço Social e instrumentos utilizados na gestão de serviços sociais: uma convergência necessária. In: **IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2004, Porto Alegre. Anais digitais... Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

SOARES, F. C. Serviço Social e política criminal: contribuições ao debate da dimensão técnico-operativa a partir de uma pesquisa avaliativa. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2010, Rio de Janeiro. Anais digitais... Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

VALE, E. S. et al. Instrumentalidade e Serviço Social: conteúdos da dimensão técnico-operativa em ONGS, instituições públicas e privadas. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2014, Natal. Anais digitais... Natal: ABEPSS, 2012.

VERAS, V. C.; RIBEIRO, S. P. F. Serviço Social no projeto Raízes da Cidadania: uma abordagem da instrumentalidade no exercício profissional com comunidades. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2008, São Luís. Anais digitais... São Luís: ABEPSS, 2008.